

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PEDAGOGIA - INDÍGENA XOKLENG

GRAU: LICENCIATURA

Modalidade: PRESENCIAL

BLUMENAU, NOVEMBRO DE 2019.

Versão:

| Parecer de aprovação:

| Parecer de

alteração: roteiro [versão 06/09/2019]

IDENTIFICAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Campus I

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca

89030-903 - Blumenau - SC

Telefone: 47 3321-0200

Página da FURB na internet: <http://www.furb.br>

Reitora: Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

E-mail: reitoria@furb.br

Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: Prof. Dr. Romeu Hausmann

Pró-Reitor de Administração: Prof. Me. Jamis Antonio Piazza

Pró-reitor adjunto de Administração: Prof. Me. Nazareno Loffi Schmoeller

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Junior

Diretora do Centro: Rozenei Maria Wilvert Cabral

Vice-Diretora do Centro: Marcia Regina Selpa Heinzle

Comissão designada pela Portaria 453/2019

Cátia Dagnoni

Emanoela Schubert de Freitas

Erasmus Abel Veiga

Geomar Crendo

Georgia Carneiro da Fontoura

Halina Macedo Leal

Karla Lucia Bento

Keli Regina Caxias Popó

Lilian Blanck de Oliveira

Osias Tucugm Pate

Simone Riske Koch

LISTA DE SIGLAS

AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
ACT – Admitidos em Caráter Temporário
AEE – Atendimento Educacional Especializado
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ATP – Assistente Técnico Pedagógico
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEB – Câmara de Educação Básica
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPIN – Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais
CF – Constituição Federal
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena
CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CONEEI – Conferência Nacional de Educação Escola Indígena
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas
EAD – Educação a Distância

EIEB – Escola Indígena de Educação Básica
EIEF – Escola Indígena de Ensino Fundamental
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
GPEAD – Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISA – Instituto Socioambiental
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LII – Licenciatura Intercultural Indígena
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NEI – Núcleo de Estudos Indígenas
NGE – Núcleo de Gestão de Estágios
NInc – Núcleo de Inclusão
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB
PATT – Política de Desenvolvimento de Ações Permanentes e Articuladas de Temas Transversais
PCC – Prática como Componente Curricular
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SC – Santa Catarina

SED/SC – Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TII – Terra Indígena Ibirama

UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTO EDUCACIONAL	10
2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	10
2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	15
2.3 DADOS GERAIS DO CURSO	18
2.4 FORMAS DE INGRESSO	19
2.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	19
2.6 BASE LEGAL	24
2.7 OBJETIVOS DO CURSO	25
2.7.1 Objetivo Geral	25
2.7.1.1 Objetivos Específicos	26
2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	26
3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	27
3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	27
3.1.1 Ensino.....	27
3.1.2 Extensão	28
3.1.3 Pesquisa.....	30
3.2 APOIO AO DISCENTE	30
3.3 PROVAS DE SUFICIÊNCIA.....	33
3.4 ESTUDOS COMPLEMENTARES.....	34
3.5 MONITORIA	34
3.6 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	34
3.7 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE.....	34
3.7.1 Oferta de disciplinas em língua estrangeira	36
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	37
4.1 METODOLOGIA.....	37
4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	38
4.3 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
4.4 ESTÁGIO	46
4.4.1 Estágio não obrigatório	48
4.5 TRABALHO INTERDISCIPLINAR FINAL	49
4.6 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD).....	50
4.7 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS	50
4.8 SAÍDAS A CAMPO	51
4.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	52
4.10 ESTRUTURA CURRICULAR	52
4.10.1 Matriz curricular.....	53
4.10.2 Pré-requisitos.....	59

4.10.3 Detalhamento dos componentes curriculares.....	59
4.10.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas	59
4.10.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas.....	62
4.10.3.3 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso.....	64
5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO	88
6 CORPO DOCENTE	90
6.1 PERFIL DOCENTE	90
6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	91
6.3 COLEGIADO	92
6.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	92
7 AVALIAÇÃO	93
7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	93
7.2 AVALIAÇÃO DO CURSO	94
7.2.1 Avaliação institucional	94
7.2.2 Avaliação externa	95
7.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	96
7.3 AVALIAÇÃO DO PPC.....	96
7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE.....	96
8 INFRAESTRUTURA	97
8.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA ..	97
8.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO	97
REFERÊNCIAS	98
ANEXO 1 – MAPA FUNAI TERRA INDÍGENA IBIRAMA LA KLANÔ –	100
REGULARIZADA	100
ANEXO 2 – MAPA FUNAI TERRA INDÍGENA IBIRAMA LA KLANÔ–	102
DELIMITADA.....	102
ANEXO 3 – NORMAS EXTERNAS PARA TODOS OS CURSOS.....	104

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng é fruto do sonho e da luta da comunidade indígena que reside na Terra Indígena Ibirama La Klanô¹. Sua viabilidade se deu pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina por meio do Edital 1010 SED 2019. A FURB – Universidade Regional de Blumenau submeteu projeto ao referido Edital estruturado em parceria com representantes da Escola de Educação Básica Laklãnõ e Escola de Educação Básica Vanhecu Patté e lideranças indígenas. Entre o lançamento do Edital da SED, divulgação do resultado e o início do curso em conformidade com os prazos estabelecidos, a FURB e Povo Indígena Laklãnõ/Xokleng², envolvidos tiveram menos de 60 dias para elaborar o projeto, organizar e estruturar um curso novo, fora da sede. No projeto até então aprovado foram contemplados os quesitos exigidos no Anexo I do Edital 1010 que compreendiam: Dados Gerais da Instituição; Avaliação Nacional da Instituição; Caracterização do Curso (carga horária, cronograma, número de vagas, horários, público alvo, perfil do egresso, processo seletivo, período de matrícula); Projeto Pedagógico do Curso (justificativa, objetivos, matriz curricular, avaliação, estágio, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso) e Planilha Orçamentária. Estes itens estão incorporados no texto que se apresenta nesse PPC.

A elaboração completa do PPC traz detalhamentos importantes em relação à organização e funcionamento do curso tanto em seus fundamentos teóricos e práticos, quanto em seus fundamentos legais. A construção do projeto exigiu um trabalho colegiado com a presença dos professores com atuação no curso e de representantes da comunidade indígena, de forma que as especificidades para uma Pedagogia Xokleng, que atenda as ansiedades e necessidades da

¹ A área regularizada está denominada como Terra Indígena Ibirama, conforme Mapa FUNAI (ANEXO 1) disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terrasindigenas>. Esta área diverge da área delimitada conforme reconhecimento do Laudo Antropológico (PEREIRA, 1998) cujos estudos foram aprovados pela Presidência da FUNAI. De acordo com a orientação da comunidade indígena, a identificação da nomenclatura da Terra Indígena como Ibirama La Klanô marca um posicionamento político no fortalecimento da área delimitada, porém ainda não regularizada por parte do Governo Federal. Ver: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-nobrasil/terras-indigenas> (Ver Mapa FUNAI - ANEXO 2).

² A identificação do povo como Laklãnõ se refere à autodenominação e encontra respaldo nos estudos de Gakran (2015). Já a denominação Xokleng foi dada pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (1973) por uma interpretação sua em relação a esse povo. Essa denominação se popularizou e é como o povo é reconhecido externamente. (BRIGHENTI, 2012; DAGNONI, 2018). A utilização neste PPC das duas denominações juntas se justifica pelo fato de “Xokleng” ser o nome pelo qual a etnia é conhecida pela sociedade, incluindo em documentos oficiais e “Laklãnõ” é a autodenominação que precisa ganhar espaço externo até o ponto em que se firme como a que melhor identifica o povo.

comunidade, estejam legitimadas em todo o processo. Trata-se, portanto, de um PPC cuja finalidade principal é definir os elementos e princípios fundantes para a organização e funcionamento do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng e que devem contemplar as diretrizes nacionais que orientam a formação de pedagogos, as diretrizes para formação de professores no ensino superior e os saberes específicos que envolvem a história, a cultura e os modos de ser, de viver e de se relacionar do Povo Laklãnô/Xokleng.

No âmbito da FURB, esse PPC estrutura suas orientações em consonância com a Missão estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de “Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, respeitando e integrando a diversidade cultural, fomentando o desenvolvimento social, econômico e ambiental responsável.” (FURB, 2018, p. 40). No decorrer do texto, estão descritas metas e estratégias na direção de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para formação profissional que possibilite aos licenciados em Pedagogia atuar em suas comunidades, tanto nas escolas quanto no desenvolvimento de projetos de impacto socio-cultural-econômico, que visem fortalecer os modos de ser e se relacionar internamente na Terra Indígena e com a sociedade em seu entorno. As finalidades descritas no PDI incluem o desenvolvimento da cidadania, a valorização do ser humano, a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural que possibilitem a transformação da sociedade e, mais adiante, o referido documento ressalta o compromisso da FURB em relação à formação inicial e continuada de professores para atuarem na educação básica, mantendo e ampliando a integração com as redes municipais e estadual de ensino. Considerando o contexto de oferta do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, entende-se que esteja em total consonância com o descrito no PDI.

Considerando a inserção da FURB no contexto regional, nacional e global descrita no Projeto Pedagógico Institucional - PPI, a oferta do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng para a comunidade residente na Terra Indígena Ibirama La Klanô, fortalece essa inserção e amplia a abrangência no que concerne o atendimento a uma população historicamente invisibilizada e até então não-incluída em políticas de educação superior no Vale do Itajaí. Conforme descrito no PPI, a FURB tem por um de seus objetivos ampliar a inserção regional. (FURB, 2018).

Esse PPC corrobora com o compromisso instituído pelo PPI com a promoção do desenvolvimento humano integral, por isso estrutura sua organização “[...] ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos [...]” que respeitem os princípios da democracia e dos direitos humanos; da ética e cidadania ambiental; das relações étnico-sociais e da formação

crítica. (FURB, 2018, p. 70). Incluímos nesses princípios uma prática pautada na promoção da interculturalidade que transforme muitas das relações sociais até então construídas sob a perspectiva da colonialidade. A partir desses fundamentos/princípios, centramos a ação tendo a aprendizagem como foco do processo, buscando instituir epistemologias que considerem os modos de ensinar e aprender da cultura indígena Laklãnõ/Xokleng por meio de um currículo que inclua formação geral, flexibilização e que esteja em conexão com as tecnologias digitais.

A estruturação curricular apresentada nesse PPC, além da consonância com o PDI/PPI, atende às Resoluções FURB 201/2017 e 68/2018 que instituem as diretrizes gerais e curriculares para os cursos de graduação e Resolução 32/2017 que institui a política de temas transversais. Tendo em vista as especificidades do público alvo e por se tratar de uma oferta de curso fora da sede, que atende ao Edital SED 1010/2019, a elaboração não se ateve ao atendimento integral do eixo articulador das licenciaturas. Todavia, o PPC está em consonância com as orientações da Resolução 02/2015, incluindo as especificidades para formação de professores indígenas conforme Resolução CEB/CNE 5/2012.

Esse PPC estrutura um curso de relevância para a população indígena Laklãnõ/Xokleng e responde aos anseios dessa coletividade na promoção de uma formação profissional crítica de qualidade e comprometida na/com a (re)construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, a metodologia de elaboração do PPC se pautou nos princípios da interculturalidade, sendo construída e vivenciada de forma dialógica pela presença efetiva da Universidade e do Povo Indígena. Antes mesmo de submetermos o projeto ao Edital da SED, nos reunimos com a comunidade para definirmos em parceria o sistema de oferta e a organização curricular. Analisamos em conjunto outros projetos pedagógicos de cursos que atendiam especificamente populações indígenas e fomos desenhando, a muitas mãos, o projeto encaminhado à SED.

Na continuidade do processo, a elaboração completa se dá com a presença de representantes do Povo Indígena, indicados pela liderança, o Cacique Presidente, sendo um professor de cada uma das duas escolas indígenas da TII e um representante da liderança. A comissão de elaboração do PPC, instituída pela Portaria FURB 453/2019, é composta por dez pessoas, sendo três técnicos administrativos, uma assessora pedagógica que também é docente no curso, quatro docentes do colegiado do curso e os três representantes do Povo Indígena.

Além desses, o corpo docente indicado para atuar no curso, contribuiu na revisão de ementas e de referencial teórico, procurando aproximar cada componente às especificidades que envolvem as populações indígenas de forma geral e às especificidades do Povo Laklãnõ/Xokleng. O trabalho foi desenvolvido por meio de atividades individuais e coletivas e

distribuição de tarefas, cujos resultados foram discutidos e acordados em dois encontros presenciais ocorridos no mês de outubro de 2019.

Esse PPC está estruturado em oito sessões, incluindo esta Introdução. A segunda sessão apresenta o Contexto Educacional que inclui o histórico da FURB, a apresentação do curso, seus dados gerais, formas de ingresso, justificativa de oferta, base legal, objetivos e perfil profissiográfico. A terceira sessão aborda as Políticas Institucionais no Âmbito do Curso que incluem pesquisa, ensino e extensão, apoio ao discente, estudos complementares, condições de acessibilidade e internacionalização. Na sequência, a quarta sessão traz a Organização Didático Pedagógica, sendo composta da organização curricular, AACC, estágio, TCC, regime concentrado e aulas aos sábados, saídas a campo, PCC e estrutura curricular. Na quinta sessão, o texto apresenta a Departamentalização e na sexta o Corpo Docente, incluindo perfil docente, formação continuada, colegiado e NDE.

A Avaliação, que inclui avaliação da aprendizagem, avaliação do curso, avaliação do PPC e avaliação docente integram a sétima sessão. Por fim, a oitava sessão traz a infraestrutura com o número de estudantes, espaços administrativos e laboratórios. Além dessas sessões, ao final do PPC, estão as Referências e os Anexos.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE³

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da UFSC, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

³ Fonte: FURB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/FURB 2016-2020 (Revisão 2018) - Disponível em: < <http://www.furb.br/web/4699/institucional/avaliacao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>>.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios por meio da venda de rifas. Em abril de 1968

inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu os objetivos em 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os blocos A, B e C, atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região. No final da década de 1960, estavam vigentes os cursos superiores de Economia (1964); Direito (1968); Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº 1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior. Em continuidade à expansão e diversificação de cursos, foram criadas a Faculdade de Engenharia de Blumenau, a Faculdade de Educação Física e Desportos e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB). No final da década de 70 funcionavam os cursos de Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década. Em 1974, foi instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí que, em 1981, mudou o nome para ETEVI, atualmente escola de ensino médio.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua

trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da Furb (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, funcionavam os cursos de Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988) e Ciência da Computação (1988).

A década de 1990 iniciou-se com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999). Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciouse, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Dia Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012. Os serviços de saúde da FURB, desde 1995, inseridos na rede pública de saúde, são executados de forma integrada na Policlínica Universitária que realiza os serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, medicina e serviço social. A Policlínica mantém em sua estrutura laboratório de análises clínicas e farmácia - com estoque de medicamentos mantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por doações de indústrias farmacêuticas. Todas as consultas e procedimentos são feitos por acadêmicos da FURB, supervisionados por profissionais de cada área. O atendimento é gratuito e segue os critérios definidos pelo SUS, ou seja, todos os pacientes são encaminhados pela rede de saúde de Blumenau e região.

Para consultas e atendimento médico especializado, o paciente obrigatoriamente é encaminhado pela Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, exceto para consultas em pediatria e psicologia que podem ser marcadas diretamente na recepção. A Policlínica não é realiza atendimento de urgência e emergência.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os(as) estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus V em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição. Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas. Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Ao final dos anos noventa, a FURB contava com os seguintes novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

No terceiro milênio a FURB ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de: (a) novos cursos de Mestrado em Química (2002); Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis (2005); Engenharia Química (2007); Ensino de Ciências Naturais e Matemática (2008); Engenharia Florestal (2010); Saúde Coletiva (2012); e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio com a empresa WEG (a partir de 2010); (b) novos cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração (2008), o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional (2011); e Engenharia Ambiental (2013).

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do PARFOR. Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior,

porém, após diversas negociações, a ACAFE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECUN), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECUN, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA, IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus III, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como as turmas de *lato sensu*. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais estudantes e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário, infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária.

Passadas cinco décadas de existência, a FURB é referência na área de educação, reconhecida pela sociedade, tendo graduado mais de 40 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história consolidou a FURB como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Pedagogia Indígena Xokleng nasce da reivindicação do Povo Laklãnõ/Xokleng, por meio de suas lideranças, seus professores e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN, junto ao Governo do Estado de Santa Catarina. No ano de 2018 o Governo do Estado já havia lançado um edital específico para oferta de um curso de Pedagogia para a etnia Guarani. Esta ação abriu precedente para que o Povo Laklãnõ/Xokleng e o Povo Kaingang também fossem contemplados com um curso de Pedagogia construído com base nas especificidades de cada etnia.

Em 30 de maio de 2019 a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina lançou o Edital 1010/2019 que ofertava 45 bolsas pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU, mantido pelo Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior. A FURB teve acesso ao edital no dia 11 de junho de 2019 e, diante da verificação de atendimento aos critérios do edital, a gestão superior acatou a proposta de consulta ao Povo Laklãnõ/Xokleng para obtenção de aval para que a FURB submetesse o projeto que deveria ser elaborado em parceria com a comunidade indígena.

No dia 15 de junho, a equipe da FURB, composta pela professora Dra. Lilian Blanck de Oliveira, assessora pedagógica Dra. Karla Lucia Bento, chefe do departamento de educação professora Dra. Andrea Wuo, coordenadora do Núcleo de Estudos Indígenas – NEI Ma. Georgia Carneiro da Fontoura e pró-reitor de ensino Dr. Romeu Hausmann reuniram-se na Escola de Educação Básica Laklãnõ, onde estavam presentes direção e professores dessa escola, direção e professores da Escola de Educação Básica Vanhecu Patté, caciques e lideranças do Povo Indígena. Nessa reunião ficou definido o regime de oferta do curso modular e com aulas às sextas-feiras à noite e sábados o dia todo, com períodos concentrados nas férias escolares com aulas às quintas, sextas e sábados o dia todo. Nessa reunião definimos um cronograma de trabalho de forma que representantes das duas escolas e das lideranças pudessem estar na FURB para a elaboração do projeto, principalmente no que concerne sua parte específica.

Assim, no dia 17 de junho diferentes equipes de trabalho na FURB se mobilizaram para iniciar a elaboração do texto e recolher informações exigidas pelo edital da SED: equipe da Divisão de Políticas Educacionais para a base legal, equipe da Divisão de Administração Financeira para o orçamento e professores que comporiam o Colegiado do Curso para a parte pedagógica. Definidas as questões mais burocráticas do documento, no dia 18, estiveram presentes os professores indígenas para discutir e elaborar os fundamentos, metodologias e

matriz curricular de forma que os conhecimentos, saberes e práticas indígenas mantivessem uma relação de interculturalidade com os saberes, conhecimentos e práticas exigidas para a formação no Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng.

Figura 1 – Equipe de trabalho para elaboração do projeto



Fonte: Acervo do Curso

Esse grupo de trabalho definiu, entre outros aspectos, a estrutura curricular, incluindo os componentes, carga horária e distribuição ao longo do curso. As ementas dos novos componentes, principalmente as ligadas às especificidades da história e cultura indígenas, foram elaboradas em conjunto, assim como a indicação das referências bibliográficas e dos nomes dos professores. O projeto foi encaminhado à SED conforme orientação do Edital 1010/2019 no dia 21 de junho. No dia 28 de junho o resultado indicou que o projeto da FURB havia sido aprovado. Diante da orientação de que o curso deveria iniciar até o final de julho, novamente a equipe da FURB se reuniu com professores e lideranças na escola Laklãnõ para definição dos critérios de seleção de estudantes para publicação do edital específico.

Figura 2 – Reunião de elaboração dos critérios do edital do processo seletivo especial



Fonte: Acervo do Curso

O Edital FURB 21/2019 publicado em 11 de julho, regulou o processo seletivo especial cujo resultado da primeira chamada foi publicado em 26 de julho, tendo como data de matrícula 27 de julho no Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI – Campus UDESC em Ibirama/SC. No dia agendado, além das matrículas, foi realizada a Aula Inaugural do curso, com a presença de autoridades da FURB, UDESC, lideranças, diretores e professores indígenas, professores do curso, acadêmicos e familiares do Povo Laklãnõ/Xokleng. Esta aula compôs a carga horária da primeira disciplina do curso: Educação Escolar Indígena no Brasil, ministrada pela professora Dra. Karla Lucia Bento.

Figura 3 – Aula inaugural



Fonte: Acervo do Curso

O Projeto que ora se apresenta, traz a sistematização de um curso já em andamento, contemplado no Edital SED 1010/2019. Sua oferta surge em um contexto regional em que a visibilização da história e cultura, passada e presente do Povo Laklãnõ/Xokleng na região se impõe necessária para (re)escrever a história de colonização do Vale do Itajaí e (re)conhecer a presença histórica e milenar desse Povo na região sul do país.

A realização desse curso pela FURB é mais uma etapa na consolidação da Política de Acesso de estudantes indígenas nos cursos de graduação, instituída pela Resolução 012/2018. Mesmo que o ingresso no curso de Pedagogia – Indígena Xokleng tenha sido por edital externo, a construção de uma pedagogia voltada para o Povo Laklãnõ/Xokleng poderá resultar em indicativos que subsidiem futuras ações, projetos e cursos realizados em parceria com essa comunidade.

A seguir apresentamos os dados gerais do curso, sintetizando a sua organização no Quadro 1.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do curso

Nome do Curso:	Pedagogia - Indígena Xokleng
Centro de Curso:	Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras – CCEAL
Departamento:	Educação
Grau:	Licenciatura
Modalidade:	xPresencial <input type="checkbox"/> EAD
Titulação conferida:	Pedagogo
Turno de funcionamento:	Regime especial
Regime Letivo:	Semestral
Regime de Matrícula:	por componente curricular
Número de vagas anuais autorizadas:	45
Distribuição das vagas de ingresso:	2º semestre: vagas para cada turno: 45 – Regime Especial
Carga horária total do curso:	Horas aula: 3.870 Horas relógio: 3.225
Total de créditos:	215
Presencial (% da carga horária total):	100%
EAD (% da carga horária total):	0%
Tempo de duração do curso (quantidade de fases/anos):	4 anos
Distribuição de carga horária por componentes curriculares	
PCC:	486
Estágio Obrigatório:	486

AACCs:	252
Tempo integralização curricular	
Tempo mínimo:	4 anos
Tempo máximo:	4 anos (conforme Edital SED 1010/2019)
Organização curricular:	Eixos temáticos
Endereço:	R. Dr. Getúlio Vargas, 2822 - Bela Vista, Ibirama - SC, 89140-000 – Ibirama – SC

Legenda: M – Matutino / V – Vespertino / N – Noturno / I - Integral

2.4 FORMAS DE INGRESSO

Os processos de ingresso nos cursos de graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios, exigem, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. Especificamente para esse processo seletivo o Edital FURB 21/2019 regulamentou os critérios para seleção e ingresso dos candidatos à bolsa. A elaboração foi de responsabilidade da FURB e critérios foram definidos em consenso entre a FURB, Caciques/lideranças, Diretores e Professores das Escolas Indígenas do Povo Laklãnô/Xokleng da Terra Indígena Ibirama La Klanô/SC. Para inscrição no processo seletivo o candidato teve que entregar documento comprobatório de pertencimento ao Povo Indígena Laklãnô/Xokleng, assinado por liderança (cacique) reconhecida, bem como declaração da FUNAI atestando que o candidato era morador de Terra Indígena em Santa Catarina. A classificação dos candidatos foi feita com base no Histórico Escolar, atribuindo pontuação adicional aos professores que atuam nas escolas indígenas sem serem graduados, sendo a admissão ao curso efetivada até o limite de vagas previstas no edital.

2.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A demanda indicando a necessidade de formação de pedagogos que contemplasse as especificidades da etnia Laklãnô/Xokleng foi levada à SED pelo próprio Povo, por meio das lideranças que integram o CEPIN. É fato que hoje, nas duas escolas indígenas presentes na TII, muitos dos professores atuam sem formação específica para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Além disso, duas funções que compõem a gestão da maioria das escolas da Rede Estadual, ainda não estão preenchidas em sua totalidade nas escolas indígenas por falta de professores formados em pedagogia, quais sejam Assistente Técnico Pedagógico – ATP e Assistente de Educação – AE.

Conforme dados da SED no ano de 2019, estão matriculadas 95 crianças na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecu Patté, sendo desses, 44 nos anos iniciais e 355 na Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ, sendo 117 nos anos iniciais. Além dessas escolas que pertencem ao sistema estadual, integram o sistema municipal de José Boiteux o Centro de Educação Infantil Jõ Tõ Aju que atende em torno de 40 crianças e funciona junto ao espaço da Escola Laklãnõ e o Centro de Educação Infantil Olímpio Severino da Silva com aproximadamente 15 crianças e funciona junto ao espaço da Escola Vanhecu Patté.

O Quadro 2 traz a relação de professores, a função exercida e formação. Observa-se que alguns professores atuam em mais de uma etapa e que, mesmo quando habilitados, nem sempre a formação corresponde, adequadamente, à função exercida. Quadro 2 – Relação de professores, atuação e formação

Nome	Função/Etapa(s)	Formação	Instituição de atuação
Abraão Kovi Patté	Professor anos iniciais	Matemática e cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Adelina Paaté	Professora anos iniciais	Pedagogia	EIEB Laklãnõ
Alair Ngamum Patté	Professora de História	História e Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Alfredo Nambla Priprá	Assessor de direção	Ciências Biológicas cursando Licenciatura intercultural Indígena	EIEB Laklãnõ

		do Sul da Mata Atlântida.	
Aida Candinha Pereira da Silva	Professora anos iniciais	Cursando Pedagogia UNIASSELVI	EIEB Vanhecu Patté
Altieres Nandjaju Pripra de Almeida	Professor exatas Ensino Médio	Pedagogia UNIASSELVI	EIEB Vanhecu Patté
Amanda Patté	Professora dos anos iniciais e 2ª professora	Ensino Médio completo	EIEB Laklãnõ e EIEF Luzia Meiring Nunc Nfoonro
Anderson Rodrigo Kluge	Professor de educação física	Cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Atila Mokli Patté	Professor de educação física e geografia	Cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Belonir Ndili	Professor de educação física	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Berenice Ndili	Professora de matemática	Matemática	EIEB Laklãnõ

Carla Anglo Vignoli Caxias Popó	Professora dos anos iniciais e Geografia	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Carli Caxias Popó	Professor dos anos iniciais	História e Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Cocta Cuita da Silva	Professora Artes Indígena Anos Finais e Ensino Médio	Ensino Fundamental Incompleto	EIEB Vanhecu Patté
Copacãm Tschucambang	Professor dos anos iniciais, ciências e biologia	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Cuzugn Cornelio Clendo	Professor Educação Física Anos Iniciais	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Daiane Lala Pripra	Professora de Ciências	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Dion Ndilli Moncona Patté	Professor de artes Xokleng e educação física	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Edson Ndili Patte	Orientador de Língua Xokleng	Ensino médio completo	EIEB Vanhecu Patté
Eloisa Sueli Franca	Professora de história e artes	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Fernando Mongconan reis	Professor de física e ciências	Ensino médio completo	EIEB Laklãnõ
Filipe Amandio Crendo Pripra	Professor de educação física	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Genésio Fernandes Euzebio	Professor de língua Guarani	Magistério Diferenciado Bilingue Guarani	EIEB Laklãnõ
Gidiones Weitscha Pripra	Professor de Geografia	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Indiamara Doeiê Priprá	Assistente Técnico de Educação	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Isaias Vanhecú Weitscha	Orientador da Cultura	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Ivoneti Vailui Weitcha	Professora Anos Iniciais	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Jair Ghoguin Crendo	Professor História	Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica	EIEB Vanhecu Patté
Jessica Nghe Mum Priprá	Professora orientadora da cultura e pré-escolar	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ e Centro Educacional Jõ Tõ Aju

Jidean Raphael Fonseca	Professor de matemática e química	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Joasias Cuiuta Cuzugni	Professor Orientador da cultura	Ensino Médio completo	EIEB Laklãnõ
Jose Cuzugn Ndili	Professor orientador da Língua Materna Xokleng	Magistério Diferenciado Bilingue Xokleng	EIEB Laklãnõ
João Ciri	Professor anos iniciais e de Língua Portuguesa	Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica	EEIEB Vanhecu Patté
Josiane de lima Tschucambang	Professora de Língua Portuguesa	Letras – Português / Espanhol e cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Kaluan Caxias da silva	Professor de educação física e 2º professor	Ensino Médio Regular	EIEB Laklãnõ
Kan Man Ciri	2º Professora	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Keli Regina Caxias Popó	Diretora	Letras – Português / Espanhol Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Leidiane Leondá Juvei Ananias	Professora Artes Anos Iniciais	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Lenise Sabrina Firintain Patte	Professora antropologia, sociologia, filosofia no Ensino Médio e Professora de Artes Ocidental Anos Finais	Ensino Médio Regular	EIEB Vanhecu Patté
Leoni Kalebi Ivo Clendo	Professor Matemática Anos Finais	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Lilian Patté dos santos lemos	Assistente de educação e professora de Língua Portuguesa	Letras – Português / Espanhol e cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Luzia Tele Clendo	Orientadora da Cultura	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté

Margarete Vaicome Patté	Professora de Artes Xokleng e 2ª professora	Cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Maria Kula Patté Crendo	Professora de Língua Portuguesa e Orientadora da Língua Xokleng	Letras – Português / Espanhol	EIEB Laklãnõ
Micael Weitscha Vaipon	Orientador da Língua e Professor Língua Portuguesa Ensino Médio	Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica	EIEB Vanhecu Patté
Miriam Caica Pripra	Professora da Língua Xokleng	Letras Português/Espanhol	EIEB Vanhecu Patté
Misael Cango Pripra	Professor de Antropologia, sociologia educação física.	Cursando Pedagogia	EIEB Laklãnõ
Nbu Paula Martins	Professora Língua estrangeira no ensino fundamental e ensino médio	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Neuton Calebe Vaipão Ndili	Professor de geografia	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Nisceia Cula Martins	Professora Anos Iniciais	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Vanhecu Patté
Osias Tucugm Pate	Professor anos iniciais e de Assistente educação	Licenciatura em Letras e Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica	EEIB Vanhecu Patté
Rodrigues Pinto Reis	Diretor	Pedagogia	EEIB Vanhecu Patte
Semerita Schantang Ya-oi	2ª Professora	Cursando Pedagogia Indígena Xokleng	EIEB Laklãnõ
Solange Kavan Patté	Professora nos anos iniciais e Língua Xokleng	Magistério Diferenciado Bilingue Xokleng	EIEB Laklãnõ
Vilma Couvi Patté Cuzugni	Professora de inglês	Cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Vitoria Luiz Euzebio	Professora Língua Guarani	Magistério Diferenciado Bilingue Guarani	EIEB Vanhecu Patté
Voia Ciri	Professor de educação física e ciências	Cursando Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ
Vougece Camlem Vaipão	Assessor de direção	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnõ

Youo Maurina Ingacla	Professora de artes	Cursando Artes e Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnô
Zilda Priprá	Professora de língua Xokleng	Licenciatura intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântida.	EIEB Laklãnô

Fonte: Elaboração própria conforme dados das escolas Legenda do quadro:

23	Com uma ou mais graduações completas
8	Cursando licenciatura
18	Cursando Pedagogia – Indígena Xokleng
4	Magistério diferenciado
6	Ensino médio regular
1	Ensino Fundamental Incompleto
60	Total

Observa-se que, dos 60 professores/as listados/as, 23 possuem formação em licenciatura e entre esses, 4 estão cursando a segunda licenciatura e 4 já possuem duas graduações. Há 8 que estão cursando uma licenciatura, somados a 18 matriculados no curso de Pedagogia – Indígena Xokleng totalizam 26 professores/as em processo de formação inicial. Com formação em Magistério diferenciado são 4, com ensino médio regular são 6 e 1 com ensino fundamental incompleto, totalizando 11 professores/as que atuam sem a graduação. Ao considerarmos os 26 em processo de formação inicial, são 37 professores/as, pouco mais de 60%, que estão em sala de aula sem serem licenciados/as.

Importante ressaltar que o curso que ora se apresenta por meio desse PPC, atende plenamente as DCNs da Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1/2006 e a Resolução CNE/CP nº 02/2015, acrescido das DCNs para formação de professores indígenas, Resolução CEB/CNE nº 5/2012. Dessa forma, o professor, formado nesse curso, possui uma competência ampliada de atuação, podendo, de acordo com o perfil desejado, atuar em escolas não indígenas, bem como em organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos socioeducacionais, principalmente se pautados na perspectiva da interculturalidade.

2.6 BASE LEGAL

Em atendimento aos itens 4.3 e 4.4 do Edital SED 1010/2019, o presente PPC está regido pela Lei nº 11.788/2008 e Diretrizes SED/2008 que regulamentam a prática de estágio obrigatório e pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2015, sobre formação de professores e CEB/CNE nº 5/2012 que estabelece as DCNs para a Educação Escolar Indígena. Além dessa legislação,

concernente com as orientações do Edital SED 1010/2019, esse PPC se orienta pela Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Considerando tratar-se de formação em pedagogia, o PPC segue as orientações da Resolução CNE/CP nº 1/2006 que institui as DCNs para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

O PPC atende, também, a legislação externa que trata dos temas transversais, quais sejam: Resolução nº 1/2004 que institui as DCNs para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o estudo da História e cultura Afro e Africana; Lei nº 11.645/2008 que inclui no currículo oficial a história e cultura afro e indígena; Resolução nº 1/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos; Resolução nº 2/2012 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

Em consonância com a legislação mais recente, esse PPC atende à Resolução CNE/CES nº 7/2018 que estabelece diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, integralizando dez por cento da carga horária total do curso em atividades de extensão, conforme demonstrado no quadro específico. Ainda em relação à legislação externa que influencia a formação de professores para atuar na educação básica, a construção do PPC considerou o texto da BNCC (BRASIL, 2018) e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019).

Em relação à legislação interna, o PPC está em acordo com o PDI e PPI da FURB, como já demonstrado no texto introdutório, bem como com a Resolução FURB nº 201/2017 que institui diretrizes gerais e curriculares para os cursos de graduação na FURB e com a Resolução FURB nº 68/2018 que promove alterações na Resolução 201/2017. A Resolução FURB nº 89/2018 que trata da Política dos Estágios, juntamente com a Lei Federal acima citada, embasam a organização do estágio obrigatório do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng.

2.7 OBJETIVOS DO CURSO

2.7.1 Objetivo Geral

- Habilitar professoras e professores pertencentes ao Povo Indígena Laklãnô/Xokleng para atuarem na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, coordenação e orientação pedagógica das escolas e no desenvolvimento de projetos de interesse das

comunidades, com competência para refletir criticamente sobre as práticas políticas pedagógicas de uma educação diferenciada pautada na perspectiva da interculturalidade.

2.7.1.1 Objetivos Específicos

- Formar professoras e professores pertencentes ao Povo Laklãnõ/Xokleng para atuação nas escolas de educação básica, em consonância com a realidade social e cultural específica, a legislação nacional que trata da educação e da educação escolar indígena, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense;
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas para que as professoras e os professores possam compreender os processos de educação no contexto das comunidades e desenvolver estratégias didático-pedagógicas com base na interculturalidade;
- Formar professoras e professores para o exercício de atividades pertinentes à gestão e planejamento escolar e elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas de educação básica;
- Formar professoras e professores que promovam o fortalecimento e consolidação da educação escolar indígena específica, intercultural, bilíngue e diferenciada;
- Formar professoras e professores reflexivos capazes de desenvolver ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão durante e depois da graduação promovendo a sistematização e organização de novos saberes e práticas e conscientes da necessidade de formação continuada;
- Reconhecer e respeitar as diversidades e complexidades socioculturais, atuando com sensibilidade ética e compromisso com a constituição de uma sociedade justa e solidária, combatendo a discriminação e quaisquer formas de preconceito no contexto escolar e social.

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O profissional formado no Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng deverá estar apto a atuar na docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, dominando os conceitos teóricos e as práticas concernentes às áreas do conhecimento que fazem parte dessas etapas da educação básica, bem como atuar em atividades de coordenação pedagógica nas escolas, de acordo com suas realidades socioculturais e em projetos de interesse da comunidade. Ter habilidade, competência e desempenho social para promover a educação intercultural visando a manutenção e fortalecimento da cultura e saberes tradicionais do povo, bem como o diálogo com a sociedade regional, nacional e além destas, de forma a atuar politicamente para a garantia de direitos e proteção dos recursos que fazem parte do seu território.

O egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a realizar pesquisas que tenham compromisso com a realidade de sua comunidade, auxiliando na resolução de problemas, principalmente os que envolvem as questões da educação escolar, bem como colaborar na (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico com base na interculturalidade de forma a

articular os conhecimentos presentes na BNCC e no Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense.

As habilidades e competências desenvolvidas ao longo do curso deverão possibilitar ao egresso o domínio dos conhecimentos, tempos, espaços e lugares específicos que incluem: o fortalecimento da identidade Laklãnõ/Xokleng; a pró-vitalização e manutenção da língua materna; saberes e conhecimentos ancestrais; história e cultura passada e presente, pedagogia e organização curricular étnica. Essas habilidades e competências devem permitir ainda a construção de materiais didáticos e pedagógicos diferenciados e contextualizados, bem como de metodologias que respeitem as especificidades do contexto escolar. Além disso, o egresso deve ser um profissional que atue com ética, consciência política e socioambiental, reconhecendo a necessidade de atualização e formação continuada em serviço e/ou em programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Ensino

A Universidade constitui uma das instâncias sociais que contribui para os processos de formação e escolarização sendo um dos espaços de produção de conhecimento para transformação da sociedade. Na direção de ser agente responsável pela produção de conhecimento que promove a transformação social, é regida pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta indissociabilidade reside no fato de que as dimensões são articuladas pela intencionalidade pedagógica que envolve estudantes e docentes na tarefa de investigar e analisar o contexto sociocultural para contribuir com a coletividade. (FURB/CCEAL, 2017, p. 20). Essa indissociabilidade está descrita no PDI, sendo um dos princípios norteadores que regem atividades na graduação e pós-graduação.

Ainda em consonância com o PDI, o curso foi construído e vem sendo executado com base nos “[...] princípios institucionais para o ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral, ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos [...]” (FURB/PDI, 2018, p. 70) princípios estes descritos como: Democracia e Direitos Humanos; Ética e Cidadania ambiental; Relações étnico-sociais e Formação Crítica.

De acordo com as diretrizes que constam no PDI (FURB, 2018), todo o currículo do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng tem a aprendizagem como foco do processo, por isso as ações são planejadas e desenvolvidas tendo o estudante como centralidade e como sujeito ativo. Para além de uma formação técnica, a formação de um professor exige o estudo de temas que perpassam todas as áreas e que fazem parte do cotidiano das escolas. Os componentes que fazem parte dessa formação seguem a diretriz do PDI sobre educação geral. No intuito de diversificar as atividades e flexibilizar o currículo, a metodologia prevê atividades em sala de aula e atividades na Terra Indígena, que podem ser executadas com a presença dos professores do curso e pelos próprios estudantes de forma a desenvolver neles também a autonomia.

O século XXI de forma geral vem se concretizando como tempo e espaço de uso de tecnologias digitais que ampliam e favorecem os processos de aprendizagens. Para tanto, além de componente curricular específico para abordar o tema de forma crítica, os professores são orientados e incentivados a utilizar em sala de aula diferentes metodologias ativas que fazem uso de tecnologias para os processos de ensinar e aprender.

O mundo atual que possibilita amplas conexões exige que professores conheçam e vivenciem experiências para além do seu território. Estas experiências que se configuram como internacionalização estão previstas no decorrer do curso através da realização de eventos internacionais entre outras atividades descritas em item específico para este fim.

Ao longo do curso estão previstas disciplinas para o desenvolvimento de projetos que exigirão dos estudantes a pesquisa para o fundamento dos planejamentos, bem como a intervenção sistematizada junto à comunidade. Estas são ações específicas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.1.2 Extensão

As atividades de extensão estão computadas em disciplinas específicas ao longo do curso que preveem a elaboração de projetos e a execução de ações junto à comunidade. Esta forma de organização está prevista na Resolução CNE/CEB 7 de 2018, que institui as Diretrizes Para Extensão na Educação Superior Brasileira, no seu Art. 8º, alíneas II e III e segue também as orientações que vêm sendo elaboradas no âmbito institucional na definição da nova política de extensão da FURB. Entendemos extensão como “[...] intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante [...]”. (BRASIL, 2018).

Esta forma de organização da extensão como parte das disciplinas ou como uma disciplina completa (vide quadro a seguir) possibilita o acompanhamento do professor na elaboração e avaliação do projeto, conforme previsto nos respectivos planos de ensino, podendo ainda prever o acompanhamento total ou parcial da execução das ações junto à comunidade, conforme a distribuição da carga horária. A viabilidade da execução nesse modelo se pauta também nos princípios da Pedagogia da Alternância que fundamentam a elaboração desse PPC.

Conforme a característica de cada componente, a carga horária de extensão poderá estar alocada como PCC (acompanhamento total do professor) ou EC (acompanhamento parcial do professor).

Quadro 3 – Componentes de Integralização de Extensão

Componentes curriculares com Extensão	Teórica	PCC	EC	Total.	Ext.
História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e Povo Laklãnõ/Xokleng	54	18	18	90	36
Pesquisa Intercultural	72	18	18	108	36
Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng I	36	18	36	90	54
Arte e Educação Indígena	54	18	18	90	36
Etnomatemática	54	18	18	90	36
Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng II	36	18	36	90	54
Projeto Intercultural – Sustentabilidade	54		18	72	72
Projeto Intercultural – Memórias	36		36	72	72
Total de Extensão					396

Fonte: Elaborado pela Comissão

O curso também está articulado com o Núcleo de Estudos Indígenas (NEI), que integra a Política de Desenvolvimento de Ações Permanentes e Articuladas de Temas Transversais (PATT) e o Grupo de Pesquisas Ethos Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD) do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FURB, sendo que parte dos professores do curso tem vínculo com estes grupos e desenvolvem pesquisas com a temática indígena.

Além dessas atividades presentes e garantidas por meio do currículo, a FURB firmou convênio com a UDESC cujos termos preveem o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão que envolvam professores e estudantes de ambas as instituições.

Por fim, a FURB lança anualmente editais internos para o desenvolvimento de projetos de extensão e participa, via professores extensionistas, de editais externos, ampliando as

possibilidades de inserção e/ou contato com projetos de extensão nas mais variadas áreas do conhecimento.

3.1.3 Pesquisa

No âmbito da FURB, entende-se por pesquisa o “[...] processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para um problema de interesse da comunidade técnica e científica ou da sociedade e para produzir novos conhecimentos, processos ou produtos.” (FURB/PDI, 2018, p. 112). Além de parte inerente no desenvolvimento de componentes como Pesquisa Intercultural e os Projetos Interculturais Sustentabilidade e Memória, a pesquisa perpassa outras atividades e embasa o desenvolvimento do trabalho final de curso. Assim, nesse PPC, entende-se “[...] pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática ligado ao saber historicamente produzido e, intrinsecamente, aos interesses e às necessidades educativas, sociolinguísticas, políticas e culturais dos povos indígenas [...]. (BRASIL, 2015a). Da mesma forma que a extensão, a FURB faz editais anuais para submissão de projetos de pesquisa e os docentes também participam de editais externos.

Como já mencionado no campo da extensão, o convênio com a UDESC prevê que ao longo do curso sejam desenvolvidos projetos em parceria entre as duas instituições também no âmbito da pesquisa.

Além disso, o curso está articulado com o GPEAD/PPGDR-FURB, sendo que parte dos professores do curso tem vínculo com este grupo e desenvolvem estudos, pesquisas e materiais paradidáticos relacionados à temática indígena há mais de uma década.

3.2 APOIO AO DISCENTE

A FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel com um ensino de qualidade que pressupõe políticas de acesso e permanência, disponibiliza, através da CAE, um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços

especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) estágio interno; (d) estágio curricular não obrigatório; (e) desconto fidelidade. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na DAF.

Especificamente na oferta do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, o ingresso por meio de edital específico e vinculado ao programa de bolsas UNIEDU, isenta o estudante do pagamento das mensalidades e ainda estabelece a contratação pela FURB de transporte escolar e de alimentação, conforme disposto na planilha orçamentária que acompanhou o projeto submetido ao Edital SED 1010/2019.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos(as) estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência⁴ e altas habilidades/superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

⁴ Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os(as) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, bem como com aqueles(as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às

demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas/funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da FURB no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;
- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos(às) estudantes da Instituição é realizado por equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;

- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com três profissionais de apoio (higiene e audiodescrição) e dez intérpretes (tradução / interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos(as) estudantes com surdez e professores(as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os(as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a) estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
- e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº 12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

Considerando a oferta do curso fora da sede da FURB e com a utilização do espaço físico da UDESC, o apoio ao estudante se dá principalmente com o atendimento às demandas específicas que os estudantes trazem junto à coordenação do curso. Devido à especificidade dessa oferta, os casos serão sempre analisados de forma individual e a busca pela solução e atendimento será definida de forma colegiada, com a presença de representante dos estudantes.

3.3 PROVAS DE SUFICIÊNCIA

Não se aplica a esse curso.

3.4 ESTUDOS COMPLEMENTARES

Caso seja identificada a necessidade de estudos complementares junto aos estudantes, a matriz curricular tem a flexibilidade para incluir um componente curricular na oitava fase que se apresenta como disciplina eletiva com carga horária de 72h/a. Essa opção se deu, pois a complementaridade pode ser necessária em quaisquer dos eixos que estruturam a matriz. Além disso, a matriz contempla, já na primeira fase, a disciplina de Produção Textual Acadêmica que poderá identificar a necessidade de estudos complementares na área da Língua Portuguesa. Nesse caso, poderão ser desenvolvidas, em parceria com o NEL-FURB, oficinas que envolvem a área, conforme necessidade específica.

3.5 MONITORIA

Não se aplica a esse curso.

3.6 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2016-2020, que traz diversas ações a fim de adequar a infraestrutura da Universidade.

Na oferta específica do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, o estabelecimento da parceria com a UDESC, Campus CEAVI em Ibirama/SC, procurou observar as questões de acessibilidade e infraestrutura daquela unidade, estando adequada em relação à estrutura física.

3.7 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A internacionalização, cuja política aprovada conforme Resolução FURB nº 197/2017, é um processo que integra a dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Esta é uma ação que complementa e estende a dimensão local, promovendo o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. O

objetivo do processo de internacionalização é possibilitar aos(às) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. O processo de internacionalização inclui a pesquisa e a extensão, que estão cada vez mais presentes nas atividades dos grupos de trabalho e que visam, principalmente, levar a Universidade a um patamar de reconhecimento internacional.

Considerando a especificidade do curso em questão que nasce sob a perspectiva da interculturalidade e do bilinguismo, pois inclui a Língua Laklãñ/Xokleng, a internacionalização se dá por caminhos muito peculiares como o estudo do contexto latinoamericano em relação aos processos coloniais e, nessa direção, na realização de projetos de pesquisa e extensão em parceria com universidades com as quais já há intercâmbio de trabalho.

Uma das formas de realizar experiências de internacionalização com os estudantes deve se dar por sua participação em eventos científicos-culturais como as edições V e VI do SICDES – Seminário Internacional Culturas Desenvolvimentos e Educações a serem realizadas respectivamente em 2020, em Foz do Iguaçu e 2022 no México. As edições anteriores do evento ocorreram, em ordem do primeiro ao IV, em Blumenau (sua origem), em Chapecó, em Herédia, Costa Rica, na UNA, em Santiago, Chile, na Universidad Católica Silva Henríquez.

Ao longo do curso é possível ainda trazer pessoas de outras nacionalidades para compartilhar experiências e conhecimentos com os estudantes e docentes do curso, trazendo elementos científicos, culturais, linguísticos, econômicos, geográficos e políticos que enriquecem a sala de aula.

Entre os benefícios que a experiência e vivência com a internacionalização pode promover junto aos estudantes, destacamos:

- a) Possibilidade de ampliar, relacionar e comparar diferentes contextos históricos da ocupação e formação do que hoje conhecemos como América Latina;
- b) Possibilidade de vivenciar a interculturalidade entre diferentes nacionalidades, indígenas ou não;
- c) Ampliação da rede de contatos dos estudantes para um âmbito para além do local e regional;
- d) Convivência com maior diversidade cultural e consequente ampliação do repertório científico, cultural e social.

A CRI é a responsável pelos convênios e processos de intercâmbio. Atualmente a FURB mantém mais de 60 convênios de cooperação com IESs na Europa, América, Ásia e África, com

objetivo de promover a qualificação e atualização do conhecimento, para estudantes, docentes e servidores(as) técnico-administrativos de todas as áreas. Por meio dos convênios, a realização de projetos de pesquisa, extensão e eventos está institucionalizada e sua efetivação vem ocorrendo principalmente no âmbito de grupos de pesquisa ligados aos programas de pós-graduação como o GPEAD que faz parte do PPGDR.

A participação dos estudantes em projetos de pesquisa, extensão e/ou eventos deverão integralizar na matriz curricular, seja por meio da validação em AACCs, seja por meio da integralização da extensão na Matriz Curricular que poderá acontecer, por exemplo, em componentes curriculares como Pesquisa Intercultural, na terceira fase e nos Projetos Interculturais na sexta e sétima fases. Quaisquer desses componentes poderá agregar a perspectiva da internacionalização no desenvolvimento de projetos que incluam a participação de instituições de ensino superior estrangeiras.

3.7.1 Oferta de disciplinas em língua estrangeira

Desde 2012, a FURB oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. A aprovação da inclusão destas disciplinas consta do Processo CEPE nº 187/2011. Para facilitar o processo de internacionalização, o(a) estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes.

Para o curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, como já indicado, a matriz prevê dois componentes eletivos que, havendo interesse da turma, podem se configurar como o estudo de um terceiro idioma, considerando que a matriz já é composta pela língua portuguesa e o idioma Laklãnô/Xokleng. Por fim, a política de internacionalização está inserida no PDI da Universidade e faz parte das dimensões de avaliação do SINAES / MEC.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 METODOLOGIA

A educação escolar indígena intercultural, bilíngue, específica e diferenciada está regida por um arcabouço legal desde a promulgação da Constituição de 1988 e, mais especificamente, da Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394/96, que garante a ela especificidades em relação aos conteúdos a serem ministrados, bem como organização curricular com a inserção de conhecimentos que fazem parte da história e cultura de cada povo, inclusive na utilização de idioma próprio e produção de materiais na língua materna.

Pensar a escola sob a perspectiva da interculturalidade exige dos professores que atuarão nestes espaços uma formação inicial também diferenciada, cuja organização curricular esteja pautada na inter e transdisciplinaridade em que os conteúdos sejam abordados a partir das áreas do conhecimento e não compartimentalizados de forma disciplinar. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC para a Pedagogia – Indígena Xokleng ofertado pela FURB está organizado em áreas do conhecimento cujos componentes curriculares e currículo diferenciado procuram contemplar as especificidades da educação indígena utilizando como método a Pedagogia da Alternância por meio da qual as experiências de formação ocorrem junto à comunidade e escolas indígenas e outra parte na Universidade.

O curso de Pedagogia – Indígena Xokleng é fruto de uma construção compartilhada que contou com a colaboração de professores das Escolas Indígenas Educação Básica Laklãnõ e Escola Indígena Vanhecu Patté, para o desenho da Matriz Curricular, elaboração de ementários de conteúdos específicos da história e cultura do povo e organização do cronograma de aulas. Dessa forma, atende aos anseios e pressupostos teóricos e metodológicos da comunidade indígena e demais documentos curriculares nacionais sobre a formação de pedagogos e pedagogas, que possam atuar nas escolas e junto à comunidade, conciliando os saberes produzidos pelos sujeitos indígenas e os saberes da sociedade não indígena que possam contribuir para os contextos de vivências interculturais. Assim, o projeto prevê “[...] a relação dos povos e comunidades indígenas com outras culturas e seus respectivos saberes.” (BRASIL, 2015a). Para tanto, a proposta do curso incentiva e se pauta na prática da pesquisa, da extensão e do ensino via projetos interculturais de forma articulada e em diálogo constante com todos os envolvidos no projeto formador e as práticas culturais da comunidade.

A FURB possui também dois espaços inovadores para formação de professores, de forma interdisciplinar, que utilizam a Tecnologia Digital como ferramenta para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras. O LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, fomentado pela CAPES, e, o EfeX- Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores, resultado da parceria com a Secretaria de Estado da Educação e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Espaços que permitirão uma maior interação entre saberes e práticas diversas, e a experiência de integrar as tecnologias educacionais aos desafios atuais em sala de aula.

Importante ressaltar que a organização metodológica do curso, pautada na pedagogia da alternância que pressupõe momentos de trabalho realizados pelos estudantes em atividades extraclasse, assim como a carga horária destinada à prática como componente curricular – PCC – contribuem para o desenvolvimento da autonomia acadêmica e para vivências que exigem a relação entre teoria e prática, articulando “[...] diversos espaços formativos, tais como a comunidade, o movimento indígena, a família e a escola; [...]”. (BRASIL, 2015a). Da mesma forma, os componentes curriculares desenvolvidos por meio de projetos interdisciplinares preveem a participação ativa dos estudantes desde o planejamento em conjunto com o docente, passando pela execução e avaliação do processo.

Buscando favorecer o processo de aprendizagem, a organização dos componentes curriculares priorizará procedimentos metodológicos que utilizem metodologias ativas com abordagens inovadoras e, respeitando as especificidades do contexto do curso, mediados pelo uso de tecnologias digitais e recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. Para garantir que todos os estudantes tenham acesso ao uso de tecnologias, além do componente curricular específico de Tecnologias Digitais, algumas atividades serão desenvolvidas no laboratório de informática da UDESC, conforme previsto no plano de ensino. Essa forma de organização que diversifica as metodologias empregadas contribui para o desenvolvimento do perfil profissiográfico desejado no que concerne uma atuação dinâmica e centrada nos processos de aprendizagem.

4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As DCNs da Pedagogia, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2006, definem como campo de atuação do Pedagogo a:

[...] docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação profissional na área de serviços e apoio escolar.

Bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL/CNE/CP, 2006).

Assim, a organização curricular nesse PPC, em consonância com as DCNs da Pedagogia, procura articular “[...] conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.” (BRASIL/CNE/CP, 2006). Essa articulação fica evidenciada pela inserção de componentes curriculares que abordam os conceitos científicos que fundamentam o desenvolvimento das práticas inerentes à função de pedagogas e pedagogos e incluem saberes, conhecimentos e práticas culturais específicos do Povo Laklãnô/Xokleng. A construção e organização do PPC apresenta um currículo que traz a territorialidade como categoria que perpassa todas as fases do curso em diferentes componentes curriculares, bem como os conhecimentos indígenas que valorizam os saberes ancestrais e os modos de ser e conviver, baseados na interculturalidade. (BRASIL, 2015a). Além disso, perpassam pela organização curricular, componentes que discutem os processos coloniais que envolvem os povos originários em toda a América Latina e que trazem “[...] a perspectiva do exercício integrado da docência e da gestão de processos educativos escolares e não escolares; [...]” (BRASIL, 2015a).

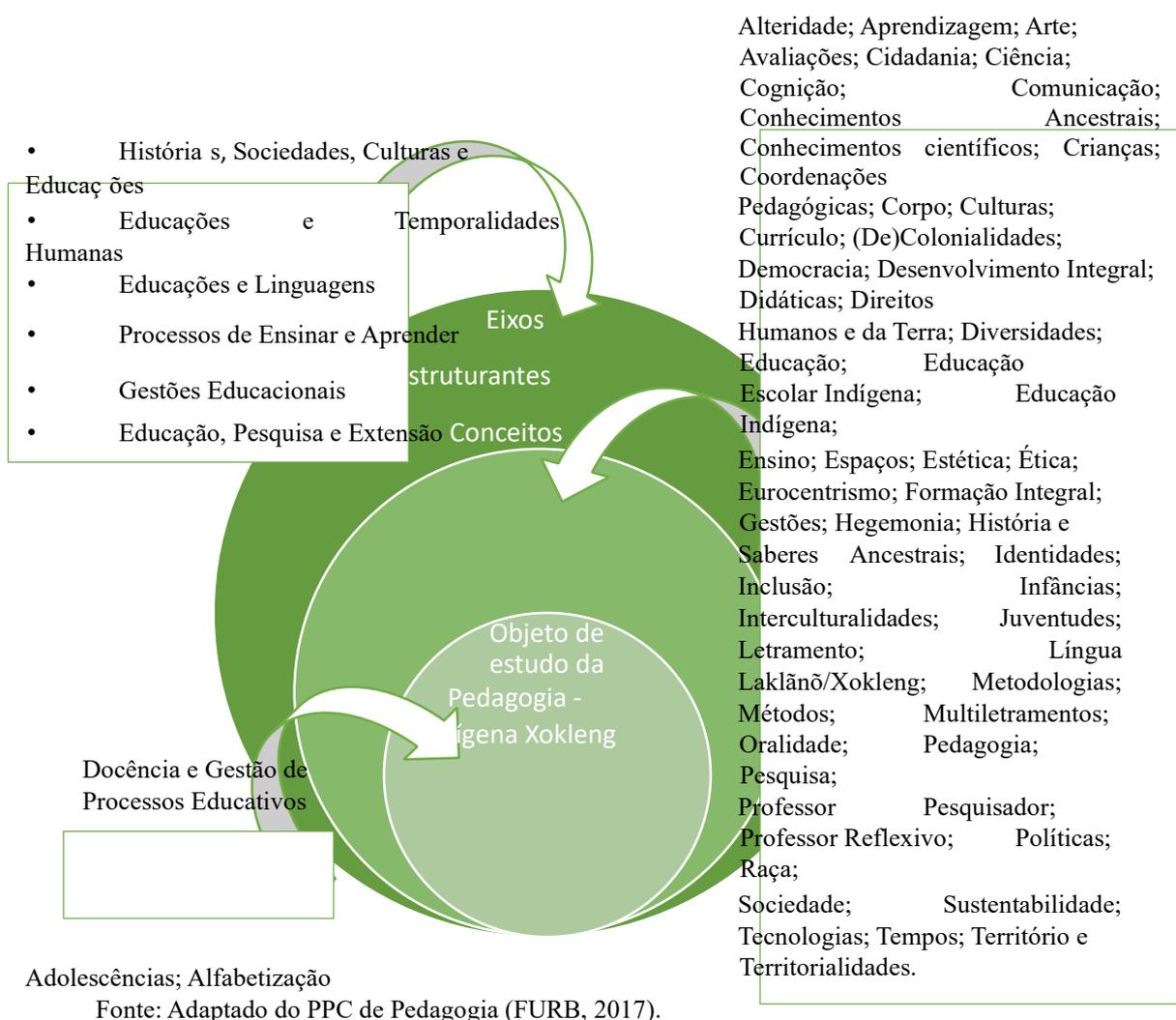
Aprender e desenvolver-se professor/a e gestor/a em Educação, pelo Curso de Pedagogia, é um movimento dinâmico de elaboração de redes de conceitos sobre este objeto de conhecimento e das próprias formas de conhecer dos seus sujeitos. Assim, diferente de um rol de conteúdos a ser abordado de modo fragmentado e especificamente em algum componente curricular (disciplina), uma rede de conceitos favorece o entendimento de que apropriar-se do objeto de conhecimento implica em elaborações dos/as licenciandos, com contínuas, sistêmicas e cada vez mais superiores abordagens dos conceitos, ao longo de toda a sua formação no Curso superior. (FURB, 2017, p. 21, 22).

A exemplo da organização curricular no curso de Pedagogia da FURB, os conceitos que perpassam o currículo foram agrupados em Eixos Estruturantes de forma a promover uma integração entre os componentes curriculares ao longo do curso. Conforme explica o PPC da Pedagogia, “[...] os eixos estruturantes contribuem para articulação do Curso ao cumprimento legal das especificidades dos núcleos de formação, previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial docente.” (FURB, 2017, p. 22). Considerando a especificidade do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, esses eixos estruturantes incluem, além dos preceitos legais que regem a formação de professores e professoras em Pedagogia, também os

fundamentos legais para formação de professores e professoras indígenas, como o respeito à organização sociopolítica do Povo Laklãnô/Xokleng, valorização da língua, história e cultura desse Povo e o reconhecimento de diferentes espaços formativos que incluem a Terra Indígena Ibirama La Klanô e espaços históricos como museus que possuem acervo relacionado a história de ocupação na região pelo Povo Laklãnô/Xokleng. Em síntese:

[...] o objeto de estudo da Pedagogia define os conceitos, agrupados em eixos estruturantes que integram e conectam os conhecimentos curriculares (os saberes, as habilidades e as atitudes), distribuídos em diferentes componentes curriculares em seus núcleos para formação geral, profissional e complementar do/a futuro/a profissional de Educação [...]. (FURB, 2017, p. 22).

Tomamos por base a mesma figura que sintetiza essa organização e que está presente no PPC da Pedagogia:



Essa organização curricular tem sua base construída no objeto de estudo que agrega docência e gestão irradiando e potencializando os conceitos fundamentais para o desenvolvimento profissional e formação do perfil do egresso expresso nesse PPC. A estrutura apresentada está materializada na matriz curricular proposta e sistematizada nos planos de ensino e práticas educativas, conforme previsto nas ementas de cada componente curricular. O quadro a seguir permite uma visualização dos conceitos trabalhados em cada eixo, lembrando que essa organização é uma forma mais didática que permite identificar os lugares e tempos que esses conceitos mais se aproximam, porém não se restringem ao eixo.

Quadro 4 – Eixos e Conceitos

Eixo Estruturante	Conceitos
Histórias, Sociedades, Culturas e Educações	Alteridade; Direitos Humanos e da Terra; Cultura; (De)Colonialidades; Diversidades; Eurocentrismo; Educação; Ética; Hegemonia; História e Saberes Ancestrais; Identidades; Inclusão; Interculturalidade; Raça; Sociedade; Sustentabilidade; Território e Territorialidades.
Educações e Temporalidades Humanas	Adolescências; Crianças; Cognição; Desenvolvimento Integral; Espaços; Formação Integral; Infâncias; Juventudes; Tempos.
Educações e Linguagens	Alfabetização; Arte; Comunicação; Corpo; Estética; Letramentos; Língua Laklãnõ/Xokleng; Multiletramentos; Pedagogia; Tecnologias
Processos de Ensinar e Aprender	Aprendizagens; Avaliações da Aprendizagem; Didáticas; Educação Indígena; Ensinos; Metodologias; Tecnologias.
Gestões Educacionais	Avaliações Institucional; Cidaniais; Coordenações Pedagógicas; Currículos; Democracia; Educação Escolar Indígena; Gestões; Políticas; Políticas Públicas
Educação, Pesquisa e Extensão	Ciência; Conhecimentos Ancestrais; Conhecimentos Científicos; Métodos Científicos em Educação; Oralidade; Pesquisa; Professor-Pesquisador; Professor-Reflexivo.

Fonte: Adaptado do PPC Pedagogia (FURB, 2017).

Seguindo a mesma lógica de organização do PPC da Pedagogia (FURB, 2017), cada eixo estruturante agrega características que justificam o conjunto de conceitos conforme

descrito no quadro a seguir. Importante ressaltar que as características aqui descritas estão alinhadas ao PPC da Pedagogia e a elas foram incorporadas características que consideram as especificidades da Pedagogia – Indígena Xokleng.

Quadro 5 – Características dos Eixos

Eixos	Características
Histórias, Sociedades, Culturas e Educações	Um dos grandes desafios da humanidade é conviver com as diversidades. Ao tratar de educação é imprescindível reconhecer na sociedade a presença histórica das culturas e nelas as diversidades. Além disso, é necessário reconhecer os processos históricos coloniais que submeteram grande parcela da população à violência física e simbólica como no caso das populações indígenas e afrodescendentes e que resultaram em colonialidades presentes ainda atualmente. A construção da ideia de raça e a justificativa pautada no discurso hegemônico e eurocêntrico de progresso, civilização e desenvolvimento são características de uma sociedade que se constitui desigual e cheia de preconceitos. O respeito à diversidade cultural é uma das garantias para a promoção dos direitos humanos e da Terra. É um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da vida planetária. Neste contexto, os processos educacionais são desafiados a construir perspectivas pedagógicas e metodológicas que denunciem injustiças, rompam processos de exclusão e desigualdades, promovam atitudes de mútuo reconhecimento e
	respeito aos diferentes nas suas diferenças, para e na construção de uma sociedade justa, digna e solidária.
Educações e Temporalidades Humanas	A formação do ser humano é um processo de construção que passa por diferentes temporalidades: infâncias, adolescências, juventudes, vida adulta e velhice. Para cada tempo de vida, há características próprias de desenvolvimentos, aprendizagens e de constituição nas relações sociais. Porém, os tempos, os espaços e os contextos onde acontecem esses processos impõem especificidades que devem ser consideradas para que os conceitos não hegemonizem a ideia de uma só infância, um só modo de ser criança, uma só forma de ser adolescente e assim por diante. Este princípio precisa ser articulado na docência e gestão dos processos educativos pelo/a pedagogo/a no exercício da sua profissão, visando a educação integral na perspectiva do desenvolvimento integral.

Educações e Linguagens	<p>As diferentes linguagens estão no centro do processo educacional que concorre na interação entre sujeitos sócio-históricos na escola ou em outros espaços educativos. É por meio dos diálogos entre o eu e o outro, mediados pelo mundo, que os sujeitos se constituem. Esse entendimento das linguagens em seu funcionamento leva a uma orientação de letramentos como um conjunto de práticas socioculturais que têm como base a linguagem oral e escrita nas suas mais diversificadas formas e desenvolvidas em grupos sociais específicos. Sendo assim, cada grupo social desenvolve diferentes práticas de letramentos que emergem das relações sócio-históricas, culturais e ideológicas desse grupo. A escola, como agência de letramentos por excelência, a partir das práticas de letramentos desenvolvidas na comunidade onde está inserida, deve possibilitar aos estudantes inserirem-se em novas práticas, ampliando o repertório comunicativo e interpretativo que tenham do/no mundo. Essas práticas precisam levar em conta a multiplicidade semiótica de constituição dos textos, muitos mediados pelas TDIC, e a pluralidade de culturas. Isso exige um fazer pedagógico alteritário, sensível e crítico às diferentes formas de produção e circulação de linguagens nas sociedades contemporâneas, considerando os multiletramentos.</p>
Processos de Ensinar e Aprender	<p>Entendemos que a aprendizagem se dá a partir das relações com outras pessoas, mediadas pelo mundo, num processo contínuo e recíproco. Desta forma, ensinar e aprender, embora sejam processos distintos, se articulam em sua construção e elaboração e tomam diferentes formas e métodos dependendo do contexto onde estão inseridos. O eixo Processos de ensinar e aprender articula um conjunto de conceitos e metodologias que visam instrumentalizar os estudantes para essa prática articulada de ensinar e aprender, bem como, realizar o exercício da ação docente em suas diferentes linguagens e áreas do conhecimento.</p>
Gestões Educacionais	<p>O campo da educação tem discutido a necessidade de um eixo sobre Gestão. O eixo de Gestão compreende um campo ou área do conhecimento. A gestão pertence ao campo da Política, nela atua nas áreas de Políticas Públicas, das políticas em educação, da gestão, da gestão educacional e da gestão escolar. Nesse eixo os estudantes terão a oportunidade de construir conceitos que serão fundamentais para analisar a escola e suas relações no cotidiano, buscando qualificar sua ação como profissional. Considerando as especificidades do curso, a gestão da educação escolar indígena, específica, intercultural, diferenciada, bilíngue e comunitária será central.</p>
Educação, Pesquisa e Extensão	<p>Nesta proposta curricular parte-se do reconhecimento da importância da formação de professores que esteja pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto é essencial que os diferentes tipos de conhecimento sejam reconhecidos e valorizados, principalmente os conhecimentos relacionados aos saberes ancestrais do Povo Indígena</p>
	<p>Laklãnõ/Xokleng, sem que se estabeleça qualquer tipo de hierarquização entre eles. Essa organização visa a formação de professores pesquisadores para Educação Básica como elemento didático e reflexivo da sua prática profissional por meio da atitude investigativa. Entende-se a pesquisa como princípio científico e formador e a extensão como atividade educativa e promotora de transformação junto à comunidade escolar e no entorno, ambas inerentes à prática docente.</p>

Fonte: Adaptado a partir do PPC Pedagogia (FURB, 2017).

Apresentamos a seguir o Quadro 6 com os componentes curriculares e os respectivos eixos estruturantes:

Quadro 6 – Componentes curriculares e Eixos Estruturantes

Eixos	Componentes Curriculares
Histórias, Sociedades, Culturas e Educações	Sociologia da Educação Filosofia da Educação Educação e Diversidades - LI Educação e Interculturalidade - LI Prática em Sustentabilidade História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e Povo Laklãnõ/Xokleng Perspectivas Decoloniais na América Latina Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng I Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng II
Educações e Temporalidades Humanas	Infâncias, Educação e Desenvolvimento Integral Psicologia da Educação Ludicidade e Linguagens Educação Especial - LI
Educações e Linguagens	Língua Laklãnõ/Xokleng I Língua Laklãnõ/Xokleng II Produção Textual Acadêmica Estética, Ética e Formação Docente Alfabetização e Letramento I Alfabetização e Letramento II Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem - LI Libras Corpo, Movimento e Culturas Arte e Educação Indígena Etnomatemática
Processos de Ensinar e Aprender	Teoria e Prática Pedagógica em Ciências Teorias e Práticas Curriculares e Pedagógicas Metodologia do Ensino da Língua Laklãnõ/Xokleng Teoria e Prática Pedagógica em Língua Portuguesa Teoria e Prática Pedagógica em Matemática I Teoria e Prática Pedagógica em Matemática II Teoria e Prática Pedagógica em História Teoria e Prática Pedagógica em Geografia Estágio I – Educação Infantil - LI Estágio II – Anos Iniciais - LI Estágio III – Anos Iniciais – LI
Gestões Educacionais	Educação Escolar Indígena no Brasil Estágio IV – Organização e Gestão da Educação Escolar - LI Gestão, Escola e Democracia

Educação, Pesquisa e Extensão	Pesquisa Intercultural Projeto Intercultural – Sustentabilidade Projeto Intercultural – Memórias Trabalho Interdisciplinar Final
-------------------------------	---

Fonte: Adaptado do PPC Pedagogia (FURB, 2017).

4.3 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A exemplo do que está descrito no PPC de Pedagogia da FURB (2017), compreende-se por Atividades Complementares: Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais - AACCs; Prática Desportiva - PDE e Atividades de extensão e Estudos Integradores. De acordo com a Resolução no 82/2004 as AACCs são atividades curriculares que envolvem ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de possibilitar a autonomia do acadêmico em participar de outras atividades científicas e curriculares durante o processo de sua formação. Na mesma perspectiva ressalta-se a extensão no currículo como uma das estratégias prevista na meta 12 do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024). A finalidade é possibilitar que o estudante possa participar ativamente de Programas e Projetos de extensão universitária, com foco, prioritariamente, para áreas de pertinência social. Da mesma forma, considerando os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, incluem-se os Estudos Integradores, que se configura como uma sólida proposta de formação teórica e prática da docência. De acordo com a Resolução nº 2/2015, em seu inciso III, do art.12, os estudos integradores contribuem para o enriquecimento curricular e define:

200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, [...] por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015b, p.12).

Portanto, para efeito de integralização do currículo e obtenção de grau o acadêmico deverá obter um total de 252 h/a de Atividades Complementares.

De acordo com o Art. 5º da Resolução no 82/2004 as atividades estão identificadas da seguinte forma:

- I. atividades de pesquisa;
- II. atividades de extensão, conforme definido na Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau;
- III. disciplinas além da grade curricular respectiva cursadas inter e intra cursos em diferentes níveis de ensino;

- IV. publicação de trabalhos científicos;
- V. atividades comunitárias;
- VI. estágios curriculares não obrigatórios; VII. monitorias;
- VIII. visitas técnicas e viagens de estudo não vinculadas à matriz curricular;
- IX. prática desportiva;
- X. outras atividades definidas pelo Colegiado de curso.

Considerando o perfil profissional, pretendido pelo Projeto Pedagógico, o Colegiado do Curso de Pedagogia propõe, além das possibilidades apresentadas na Resolução, as seguintes atividades, dentre outras, a serem desenvolvidas no percurso formativo:

- Semana Acadêmica de Pedagogia – Indígena Xokleng;
- Atividades educativas em diferentes áreas do campo educacional, em espaços formais e informais;
- Viagens de estudos a instituições educacionais e culturais;
- Atividades decorrentes ou articuladas aos componentes curriculares;
- Atividades de projetos de pesquisas e ou extensão desenvolvidas em diferentes contextos educacionais;
- Atividades da iniciação à docência;
- Residência docente;
- Atividades de formação continuada;
- Aprofundamento e diversificação de estudos;
- Participação em atividades de programas de pós-graduação tanto no âmbito da FURB como na UDESC como: bancas, Seminários, Grupos de pesquisa, oficinas, disciplinas optativas entre outras atividades.
- Programa de Formação Continuada;
- Outros programas em âmbito institucional na FURB e/ou UDESC.

Todas as ações complementares visam que os estudantes construam um percurso formativo para além dos componentes curriculares que constam na matriz curricular na medida em que esses tempos e espaços são possibilidades de um movimento de autonomia e de singularidade de cada estudante.

4.4 ESTÁGIO

Estágio Curricular Obrigatório no Curso corresponde a 486 horas/aula desenvolvidas na docência da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas atividades de Gestão da escola. Compreende-se o estágio curricular, no âmbito do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng como processo de articulação entre teoria e prática que não pode ser entendido como experiência profissional a ser desenvolvida num momento isolado e/ou ao final

do curso. Em vez disso, precisa ser projetado como atividade que integra toda a formação desde a quarta até a sétima fase, cujas bases para o seu início acontecem nas fases anteriores com componentes que fundamentam e subsidiam a prática. Esta organização privilegia um processo formativo cuja prática está transversalizada e articulada com os demais componentes curriculares. Assim, os conhecimentos teóricos que fundamentam o estágio possibilitam aos estudantes “[...] interpretar criticamente a realidade dos processos educativos, seus conflitos e contradições, ao mesmo tempo em que servem para compreender o cotidiano das instituições e neles a profissão de pedagogo nas suas mais diversas áreas.” (FURB, 2017, p. 36).

A partir dessa interpretação crítica, o planejamento das atividades de estágio constitui-se em um “[...] momento de mobilização e de articulação de conhecimentos/conceitos que possibilitam estabelecer uma mediação teórica e intencional, criando condições para pensar uma atuação fundamentada.” (FURB, 2017, p. 36).

Da mesma forma como se organiza a prática no curso de Pedagogia da FURB, o contato com a realidade da escola não está restrito ao estágio, sendo ampliado por meio da PCC, distribuída em vários componentes curriculares ao longo do curso, permitindo a interpretação crítica do campo de atuação profissional, bem como a constante relação entre teoria e prática. Esta organização faz dessa uma relação dialética em que a prática é sempre mediada “[...] teoricamente ao mesmo tempo em que alimenta e redimensiona a atividade teórico interpretativa do conjunto dos componentes curriculares.” (FURB, 2017, p. 36). Esta relação aproxima o/a estudante durante todo o curso com a realidade da educação básica e com as redes públicas de ensino, principalmente com as escolas indígenas presentes na Terra Indígena Ibirama La Klanô.

O estágio curricular está constituído pelos seguintes componentes curriculares: Estágio I – Educação Infantil; Estágio II – Anos Iniciais; Estágio III - Anos Iniciais; Estágio IV – Organização e Gestão da Educação Escolar. Os estágios serão desenvolvidos na docência da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como nas atividades de Gestão de Instituições da Educação Básica.

No Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, o estudante faz a sua imersão prática já na 1ª fase, com os componentes curriculares Educação Escolar Indígena no Brasil e Educação e Interculturalidade que possuem 18 horas de prática como componente curricular, buscando a aproximação com os espaços educacionais junto à comunidade. Na segunda fase são mais três componentes com carga horária de PCC: História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e Povo

Laklãnõ/Xokleng; Língua Laklãnõ/Xokleng I e Infâncias, Educação e Desenvolvimento Integral, cada uma com 18 horas/aula de PCC. Na terceira fase, os componentes Língua Laklãnõ/Xokleng e Pesquisa Intercultural também possuem 18 horas/aula de PCC. Da 4ª até a 7ª fase ocorrem os Estágios organizados segundo a especificidade definida nas ementas, visando uma formação profissional embasada teoricamente e com capacidade reflexiva sobre a própria ação para atuar em uma sociedade diversa e em constante mutação. Da 4ª a 6ª fase os componentes curriculares Teoria e Prática Pedagógica em Língua Portuguesa, em Matemática I e II, em Ciências, em História e em Geografia contribuem para que o desenvolvimento das práticas considere as especificidades de cada área que compõe o currículo dos anos iniciais do ensino fundamental.

A organização dos Componentes curriculares de estágio seguirá: 1. Encontros com os professores de estágio para apresentação e organização das observações e práticas. 2. Momentos de contato com a realidade profissional. 3. Construção de um projeto de trabalho articulado com os conhecimentos teóricos assimilados ao longo do processo de formação. 3. Desenvolvimento da prática sob orientação e supervisão institucional. 5. Produção de documentos de estágios tais como: projetos, planos de ensino-aprendizagem, relatórios, diários de aprendizagem, portfólios e artigos. 6. Socialização das práticas de estágio por meio de seminários. 7. Devolutiva junto às escolas campos de estágio em formato a ser acordado com as gestões das respectivas escolas.

Os locais de estágio são espaços educativos assim definidos: Instituições de Educação Infantil, do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, tanto da rede pública como privada; Educação de Jovens e Adultos – EJA; e outros que comprovadamente realizem atividades educativas que caracterize espaço e público que atenda aos objetivos do Curso. Os projetos desenvolvidos serão construídos de forma colaborativa entre a FURB e a instituição onde ocorrerá o estágio, proporcionando um movimento contínuo e integrado de formação inicial e continuada.

Nesta perspectiva, da mesma forma como se organiza o estágio no curso de Pedagogia da FURB, sugere-se que o estagiário desenvolva a sua carga horária no campo de estágio distribuído em um dia semanal com duração de 4 horas. Assim o estagiário poderá melhor exercer o seu processo reflexivo da, na e sobre a prática docente.

4.4.1 Estágio não obrigatório

Assim como estabelecido no PPC da Pedagogia (FURB, 2017), o estágio curricular não obrigatório é uma atividade opcional do/a estudante que tem por objetivo a inserção no mundo do trabalho através de vivências práticas inerentes à sua área de formação. Seguindo as

orientações institucionais na Resolução FURB 89/2018, que trata dos estágios, esta modalidade é firmada por Convênio entre a Unidade Concedente e a Universidade e sua concessão se dará após análise pelo Coordenador do Colegiado de Curso observando-se a pertinência para a formação do/a estudante, segundo os objetivos do Curso.

No Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng o estágio não obrigatório poderá ser exercido a partir da 1ª fase do Curso.

4.5 TRABALHO INTERDISCIPLINAR FINAL

No decorrer do curso, a organização curricular visa a articulação entre os componentes curriculares de forma que os estudantes percebam sua interdependência, complementaridade e relacionalidade. O diálogo entre os componentes e os planejamentos que visam a interdisciplinaridade principalmente em componentes que envolvem projetos de pesquisa e de extensão perpassam todo o percurso formativo dos pedagogos e pedagogas do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng. A preocupação com a pesquisa e com a extensão, vistas como elementos indissociáveis do ensino e fundamentais na formação de professores é uma das tendências atuais na educação do Brasil. A partir dessa perspectiva vêm se elaborando alternativas de formação que ampliem o repertório científico e cultural dos professores, propondo a articulação de reflexões teóricas com dados de investigação empírica, aproximando a relação entre ensino e pesquisa e com projetos de intervenção junto às comunidades que promovam/provoquem transformações em seus territórios. A Resolução CNE/CP 02/2015 que institui as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, destaca em seu Art. 7º que o egresso “[...] da formação inicial deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, de modo a lhe permitir, [dentre outras ações], [...] a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica.” (BRASIL, 2015b).

O Trabalho Interdisciplinar Final na Pedagogia- Indígena Xokleng é uma possibilidade concreta que o licenciando tem de sistematizar, de forma interdisciplinar, os conhecimentos e experiências com ensino, pesquisa e extensão vivenciados ao longo do curso. Seu objetivo é possibilitar que o estudante vivencie o processo de sistematização do conhecimento adquirido, seguindo os preceitos científicos na produção textual, reconhecendo no cotidiano da educação básica, um campo de investigação e reflexão constantes e assumindo seu papel enquanto docente-pesquisador.

Este componente curricular é uma atividade obrigatória na integralização do Curso que versará sobre um tema referente à educação, preferencialmente relacionado com a prática pedagógica que envolva diferentes áreas. A reflexão sobre a realidade escolar observada e sobre os projetos desenvolvidos ao longo do curso, sustentados na fundamentação teórica refletida durante o curso, gera problematizações e possíveis projetos de pesquisa cuja sistematização é entendida como forma de Trabalho Interdisciplinar Final – TIF.

O TIF deverá ser elaborado com base em critérios teóricos, passos metodológicos, inquirição científica, contemplação da realidade e intervenção inovadora, devendo ser “[...] uma tarefa planejada que segue métodos apropriados e que analisa criticamente o objeto em estudo, expressando-se com clareza e objetividade.” (FURB, 2017, p. 37). O TIF se configura, portanto, como uma forma de sistematização, produção e divulgação do conhecimento e das experiências escolares junto ao meio acadêmico, comunitário e científico.

Para essa elaboração final, além dos componentes curriculares sobre pesquisa e projetos ao longo do curso, na 8ª fase estão alocadas 72 horas/aula, sendo 36 de créditos teóricos e 36 de atividades extraclasse, para elaboração do produto, em formato de artigo científico, no componente denominado Trabalho Interdisciplinar Final. A critério do/a(s) professor(es/as) responsável/responsáveis pelo componente, mediante respaldo do Colegiado de Curso, a atividade poderá ser realizada individualmente ou em dupla e deverá ter sua socialização prevista, por meio de exposição oral, preferencialmente envolvendo a participação de membros externos e pessoas da comunidade.

4.6 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

Não se aplica.

4.7 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

O curso foi organizado para as aulas acontecerem às sextas-feiras à noite e aos sábados nos períodos matutino e vespertino, sem interrupção nos meses de julho e com aulas em regime concentrado nos meses de janeiro e fevereiro, quando o horário se expande para quintas, sextas e sábados nos períodos matutino e vespertino. Essa organização se deve pelo fato de a maioria dos estudantes serem trabalhadores e pela dificuldade de deslocamento diário devido a distância entre as diferentes aldeias e o campus da UDESC em Ibirama, onde ocorrem os encontros.

A definição dessa organização foi feita em diálogo com caciques, lideranças, professoras e professores, direção e pessoas da comunidade que não consideraram viável o deslocamento diário. Tendo em vista a determinação do Edital 1010/2019 de integralização do curso no prazo de 4 anos, fez-se necessária a inclusão de regime concentrado nos períodos de recesso escolar. Fundamenta-se que, conforme parágrafo primeiro do Art. 10 da Resolução MEC/CNE/CP nº 1/2015, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências,

Para a promoção da qualidade e das especificidades dessas formações, a realização de suas atividades deve ocorrer em espaços e tempos diversificados, observando-se o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades indígenas, bem como os respectivos calendários letivos de suas escolas. (BRASIL, 2015a).

Essa organização faz com que os professores alocados em disciplinas que ocorrem fora das datas estabelecidas no calendário acadêmico não tenham possibilidade de atendimento aos prazos para elaboração de plano de ensino e entrega de diários, pois o início e fechamento das mesmas têm períodos diferenciados. Outra implicação a ser registrada é o fato de que as datas de algumas fases terão início e fim que podem não coincidir com as datas de início e fim de cada semestre conforme calendário oficial da FURB.

4.8 SAÍDAS A CAMPO

Os estudantes do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng vão a campo para estudos estágios, pesquisa e extensão. Existem 11 saídas previstas no projeto e definidas em conjunto com os professores indígenas participantes da elaboração do projeto e descritas a seguir:

Quadro 7 – Saídas a campo (considerar ida e volta)

De	Para	Quantidade
UDESC/Ibirama	Blumenau	7
UDESC/Ibirama	Florianópolis	1
UDESC/Ibirama	Rio do Sul	2
UDESC/Ibirama	São Francisco do Sul	1
Total		11

Fonte: Adaptado da planilha orçamentária Edital SED 1010/2019

Estas saídas foram computadas no orçamento do curso, não havendo custos para os estudantes. Poderão ocorrer outras saídas caso haja possibilidade de apoio financeiro de projetos com fomento externo.

4.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

A Prática como Componente Curricular (PPC) no curso de Pedagogia – Indígena Xokleng está presente em diversos componentes curriculares ao longo do curso, totalizando 486 horas/aula. Seu objetivo é demonstrar a articulação entre teoria e prática, relacionando os conhecimentos abordados em sala de aula ao cotidiano da educação básica. O Parecer CNE/CP 02/2015 repete o conceito já trazido em 2005 por meio do Parecer CNE/CES 15/2005:

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. (BRASIL, 2015b, p. 32).

Em consonância com a legislação vigente, a estruturação da PCC ao longo do curso se configura como uma prática que produz algo no âmbito do ensino em um contínuo movimento entre teoria e prática que visa desenvolver no professor um “[...] saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.” (BRASIL, 2015b, p. 32). Conforme consta no PPC da Pedagogia da FURB, a prática como componente curricular aproxima o estudante do contexto escolar:

[...] buscando trazer para Universidade as problemáticas latentes bem como as experiências inovadoras. Trata-se de um diálogo com as práticas da profissão de pedagogo, buscando que o curso lide com os conceitos e com as questões emergentes dos cotidianos das instituições. (FURB, 2017, p. 39).

A PCC aproxima o/a estudante da realidade educacional fazendo com que analise, reflita e sintetize as problemáticas do cotidiano da educação básica na busca de desenvolver/encontrar soluções para essas questões que podem estar relacionadas desde situações com a gestão da escola, participação da família, organização do recreio, relacionamentos interpessoais e com as práticas pedagógicas. Ou seja, “Art.13. A prática de ensino se refere a um conjunto amplo de atividades ligadas ao exercício docente, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de pesquisas.” (BRASIL, 2015a).

4.10 ESTRUTURA CURRICULAR

4.10.1 Matriz curricular

Quadro 8 - Matriz Curricular

Fase	Componente Curricular	Eixo(1)	T(2)	P	PCC	EC	Total	CA(3)	EaD(5)	Ext.(6)
1	Produção Textual Acadêmica	EAL	72	0	0	0	72	4	0	0
	Filosofia da Educação	EAL	72	0	0	0	72	4	0	0
	Educação e Diversidades – LI	EE	72	0	0	18	90	5	0	0
	Educação Escolar Indígena no Brasil	EE	54	0	18	36	108	6	0	0
	Educação e Interculturalidade – LI	EE	54	0	18	18	90	5	0	0
	Subtotal			324	0	36	72	432	24	0
2	História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e Povo Laklãnõ/Xokleng	EE	54	0	18	18	90	5	0	36
	Língua Laklãnõ/Xokleng I	EE	72	0	18	18	108	6	0	0
	Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem – LI	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0
	Teorias e Práticas Curriculares e Pedagógicas	EAL	72	0	0	0	72	4	0	0
	Infâncias, Educação e Desenvolvimento Integral	EE	54	0	18	0	72	4	0	0

	Subtotal	324	0	54	54	432	24	0	36	
3	Psicologia Educação da	EAL	72	0	0	0	72	4	0	0
	Ludicidade e	EE	72	0	0	0	72	4	0	0
	Linguagens e	EE	72	0	0	0	72	4	0	0
	Alfabetização Letramento I	EE	72	0	18	18	108	6	0	0
	Língua Laklãnõ/Xokleng II	EE	72	0	18	18	108	6	0	36
	Pesquisa Intercultural	EE	72	0	18	18	108	6	0	36
	Subtotal	360	0	36	36	432	24	0	36	
4	Estágio I – Educação Infantil - LI	EE	18	72	0	0	90	5	0	0
	Metodologia do Ensino da Língua Laklãnõ /Xokleng	EE	72	0	18	36	126	7	0	0
	Alfabetização e Letramento II	EE	54	0	18	0	72	4	0	0
	Teoria e Prática Pedagógica em Língua Portuguesa	EE	54	0	18	0	72	4	0	0
	Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng I	EE	36	0	18	36	90	5	0	54
	Etnomatemática	EE	54	0	18	18	90	5	0	36
		Subtotal	288	72	90	90	540	30	0	90

5	Estágio II – Anos Iniciais - LI	EE	36	126	0	0	162	9	0	0	
	Teorias e Práticas Pedagógicas – Matemática I	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Arte e Educação Indígena	EE	54	0	18	18	90	5	0	36	
	Teoria e Práticas Pedagógicas – História	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Teorias e Práticas Pedagógicas – Ciências	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Subtotal		252	126	72	18	468	26	0	36	
6	Estágio III – Anos Iniciais - LI	EE	36	108	0	0	144	8	0	0	
	Teoria e Prática em Pedagógica Matemática II	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Prática em Sustentabilidade	EAL	36	0	0	0	36	2	0	0	
	Teoria e Prática Pedagógica - Geografia	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	

	Saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnô/Xokleng II	EE	36	0	18	36	90	5	0	54	
	Projeto Intercultural – Sustentabilidade	EE	54	0	0	18	72	4	0	72	
	Subtotal		270	108	54	54	486	27	0	126	
7	Estágio IV - Organização e Gestão da Educação Escolar – LI	EE	18	72	0	0	90	5	0	0	
	LIBRAS	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Educação Especial - LI	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Sociologia da Educação	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Projeto Intercultural – Memórias	EE	36	0	0	36	72	4	0	72	
	Gestão, Escola e Democracia	EE	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Subtotal		288	72	54	54	468	26	0	72	
	Corpo, Movimento e Culturas	EE	36	0	36	0	72	4	0	0	
	Estética, Ética e Formação Docente	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Disciplina Eletiva I	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Perspectivas Decoloniais na	EE	36	0	18	18	72	4	0	0	

América Latina										
Trabalho Interdisciplinar Final	EE	36	0	0	36	72	4	0	0	
Subtotal		216	0	90	54	360	20	0	0	
AACC						252	14			
TOTAL		2322	378	486	432	3870	215	0	396	

- (1) EAL - Eixo Articulador das Licenciaturas; EE – Eixo Específico
 (2) T – Teórica; P – Prática; EC. - Atividades Extraclasse; PCC – Prática como Componente Curricular.
 (3) Créditos Acadêmicos
 (4) Créditos Financeiros
 (5) EaD - Ensino a Distância
 (6) Ext. - Extensão

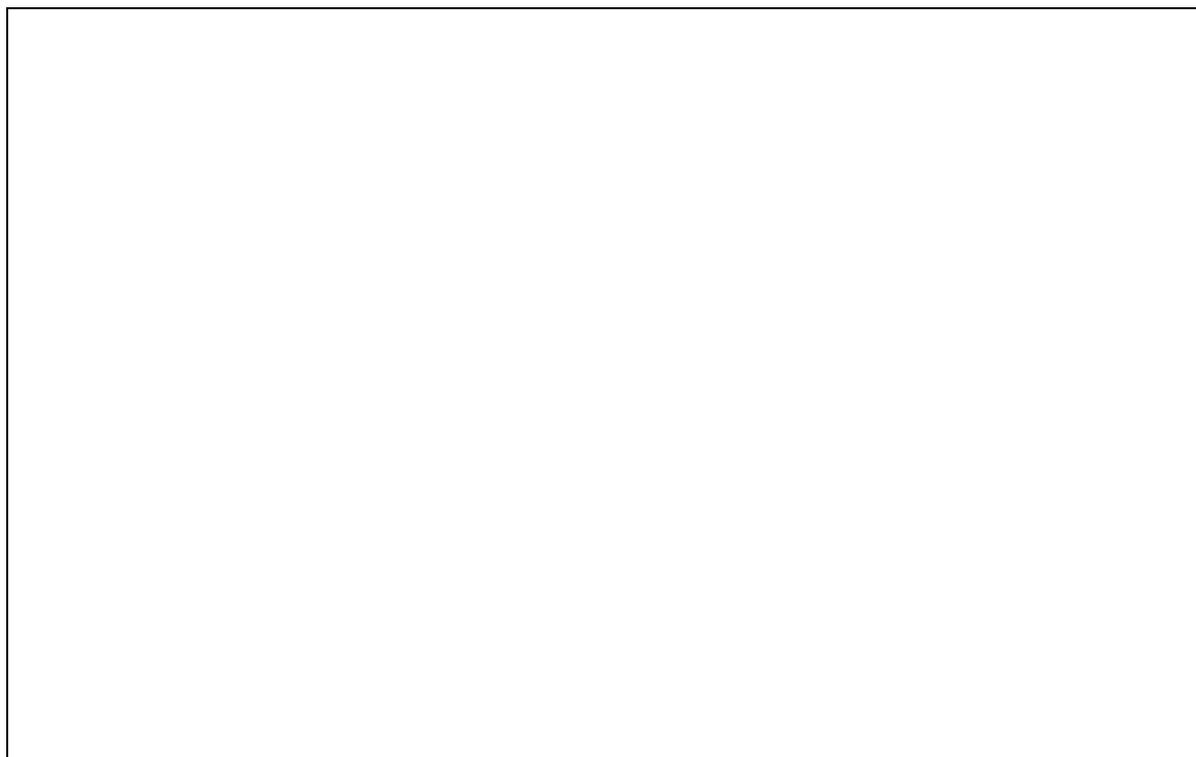
4.10.2 Pré-requisitos

Entendemos que o percurso formativo deve privilegiar a autonomia do estudante que, sob a orientação da coordenação e do colegiado do curso, define se pode avançar nas fases mesmo tendo alguma pendência anterior. Tendo em vista a especificidade na oferta do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, eventuais reprovações serão analisadas individualmente e verificada a possibilidade de recuperação do conteúdo, seja por meio de trabalhos extras, seja por meio de equivalência dada conforme normas institucionais.

4.10.3 Detalhamento dos componentes curriculares

4.10.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: Produção Textual Acadêmica
Área temática: Conforme diretrizes institucionais / Eixo estruturante: Educações e Linguagens
Ementa: Produção textual na esfera acadêmica: letramentos críticos, relações de poder e identidade. Princípios e técnicas de estudo: esquemas, mapeamento, e diário de leitura. Práticas de leitura, oralidade e escrita: características da linguagem, autoria e organização textual da produção científica. Gêneros textuais da esfera acadêmica: resumo, resenha, relatório, artigo científico; seminário, comunicação oral. Coesão, coerência e tópicos gramaticais relacionados à norma padrão.
Objetivos: Compreender e aprimorar práticas de leitura, oralidade e escrita específicas da esfera acadêmica, produzindo gêneros textuais, orais e escritos, de acordo com a norma padrão.
Bibliografia Básica: MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, c2010. 167 p, il. OLIVEIRA, Wilbett Rodrigues de. Iniciação científica: elaboração de artigos e resenhas. São Mateus : Opção, 2007. 56 p, il. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático - científico na universidade.8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. 195p. (Educação contemporânea. Serie metodologia e crítica da ciência). Complementar: AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem arroteio e sem medo da ABNT.7. ed. São Paulo : Saraiva, 2010. 126 p, il. AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica: passos práticos para a produção de trabalhos acadêmicos. 13. ed. totalmente atual. São Paulo: Hagnos, 2012. 263 p., il. CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Nova gramática do português brasileiro . São Paulo : Contexto, 2012. 768 p, il. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005. 116 p. RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria. Metodologia do ensino e do trabalho acadêmico . Blumenau: Odorizzi, 2004. x, 143 p. Eletrônico



Componente Curricular: Filosofia da Educação

Área temática: Conforme diretrizes institucionais /**Eixo estruturante:** Histórias, Sociedades, Culturas e Educações

Ementa: Conceitos fundamentais de filosofia. Perspectivas e bases ontológicas, ética, epistemológicas e culturais da educação. Educação como uma dialética entre o teórico e o operativo na formação humana. Educação como processo da construção de uma consciência crítica, libertária e reconhecadora das alteridades e diversidades humanas. Educação como construtora de interfaces de saberes, metodologias e pedagogias.

Objetivos: Compreender como a formação humana e a educação em suas variadas manifestações são processos históricos, sociais, políticos e dialógicos.

Bibliografia Básica:

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem:** educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 56ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra de mil povos:** história indígena contada por um índio. São Paulo: Petrópolis, 1998.

Complementar:

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar.** 24. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 104 p. (Polêmicas do nosso tempo, 1).

FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 39ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 118 p. (Pensadores & educação).

LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

Componente Curricular: Psicologia da Educação

<p>Área temática: Conforme diretrizes institucionais /Eixo estruturante: Educações e Temporalidades Humanas</p>
<p>Ementa: Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem.</p>
<p>Objetivos: Conhecer os processos, fases e metodologias de/para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva e ética e os principais problemas de aprendizagem atuais.</p>
<p>Bibliografia Básica: DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150p. MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 170 p. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem EDUSP, 1988. 228p.</p> <p>Complementar: AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 215p, il. CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 220 p, il. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 282p. TANAMACHI, Elenita de Ricio; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e educação: desafios teorico-praticos. São Paulo : Casa do Psicologo, 2000. 207p. VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich); COLE, Michael. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</p>
<p>Componente Curricular: Teorias e Práticas Curriculares e Pedagógicas</p>
<p>Área temática: Conforme diretrizes institucionais/Eixo estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Teorias pedagógicas e seus precursores. As concepções de ensino e aprendizagem. A organização curricular e a questão da disciplinaridade e interdisciplinaridade. O currículo e seus desdobramentos nas práticas escolares (Projeto Político Pedagógico, regimentos, planos de ensino). Metodologias ativas. Planejamento educacional e avaliação da aprendizagem.</p>
<p>Objetivos: Compreender as teorias e práticas pedagógicas que fundamentam o exercício da docência, analisando as implicações metodológicas e didáticas dos processos de ensinar e de aprender, bem como os conceitos e práticas que permeiam o conhecimento acerca do Currículo na Educação Básica.</p>

Bibliografia Básica:

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias**: Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, A.; MACEDO, E. (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, T. T. (Org.). **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão, dezembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 176 p.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **Ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 325 p, il

VASCONCELLOS, Celso dos S. (Celso dos Santos). **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010. 205 p, il.

Componente Curricular: LIBRAS

Área temática: Conforme diretrizes institucionais / **Eixo estruturante:** Educações e Linguagens

Ementa: A língua de sinais e a cultura surda. História do surdo no Brasil. Introdução aos aspectos linguísticos e estruturais da Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Aspectos educacionais envolvidos na formação do surdo. Práticas das estruturas elementares de LIBRAS. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Construir conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais, seus usos e as implicações para os processos de ensino e aprendizagem do surdo.

Bibliografia Básica:

FALCÃO, Luiz A. **Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Ed. do Autor, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Complementar:

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos: Aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, D.F: MEC-SEESP, 2004.

FERNANDES, Eulália; SILVA, Ângela Carrancho da. **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Angela C. da; NEMBRI, Armando G.. **Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania,**

surdez e linguagem: desafios e realidades. 2. ed. São Paulo: Plexus, c2003.

4.10.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: Prática em Sustentabilidade

Área temática: Conforme diretrizes institucionais – **Eixo Estruturante:** Histórias, Sociedades, Culturas e Educações

Ementa: Sociedades sustentáveis. Proteção do ambiente natural e construído. Reciprocidade, responsabilidade cidadã e ética nas relações dos seres humanos entre si e no cuidado com o meio ambiente. Transformação e parcerias para o desenvolvimento: novas tecnologias, produção, trabalho e consumo. Justiça e equidade socioambiental.

Objetivos: Construir conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos, expressando posicionamento crítico sobre metas limitadas de crescimento, gestão ambiental, novas tecnologias e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida:** uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Tradução de Mayra Teruya Eichemberg, Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014. Título Original: The systems view of life. MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger.: **Gestão sustentável (habitus e ação):** princípios esquecidos pela agenda do desenvolvimento. Blumenau: Edifurb, 2013.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade.** Tradução de Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. Título Original: La voie pour l'avenir de l'humanité.

Complementar:

ACSELRAD, Henry; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRAGA, Benedito; et al. **Introdução à Engenharia Ambiental.** O desafio do desenvolvimento sustentável. 2 ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010. Título Original: Silent spring.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995. Título Original: Terre-Patrie.

NALINI, José Renato. **Ética ambiental.** 3.ed. Campinas: Millennium, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **17 objetivos para transformar nosso mundo.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods6/>>

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardin. **Gestão ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação Ambiental. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular: Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem - LI

Área temática: Conforme diretrizes institucionais – **Eixo Estruturante:** Educações e Linguagens

Ementa: Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Softwares educacionais. Alfabetização e letramento digital. Uso das mídias e tecnologias digitais. Mídias e tecnologias colaborativas. Ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Objetos digitais de aprendizagem.

Objetivos: Conhecer mídias e tecnologias digitais, aplicando-as no processo de ensinar e aprender.

Bibliografia Básica:

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual:** aprender e ensinar as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. 365 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia da educação).

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999. 269p.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcísio); BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

Complementar:

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino híbrido:** personalização e tecnologia na educação. 1. ed. Porto Alegre: penso, 2015. 270 p. il PEREIRA, Alice T. Cybis (Alice Therezinha Cybis). **Ambientes virtuais de aprendizagem em diferentes contextos.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. xvi, 210 p, il.

PRATA, Carmem Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina Aun de Azevedo (Org.). **Objetos de aprendizagem**: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília, D.F: SEED, 2007. 157 p, il. TAROUCO, L. M. R. et al. **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. 1. ed. Porto Alegre: penso, 2015. 270 p. il.

4.10.3.3 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso

Fase 1

Componente Curricular: Educação e Diversidades – LI
Área temática/Eixo estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações
Ementa: Diversidades e intolerâncias. Diversidade Cultural Religiosa, Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual, questões Étnico-raciais e Direitos Humanos. Ética e alteridade na educação. Processos de ensinar e aprender conhecimentos religiosos, étnico-raciais, de igualdade de gênero e diversidade sexual.
Objetivos: Compreender a Educação enquanto processo ético e político de constituição das subjetividades humanas, (re)conhecendo as diferenças como elementos a subsidiarem práticas educativas de acolhida e convivência na/para/com as diversidades.
Bibliografia Básica: SIDEKUM, Antônio; WOLKMER, Antônio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (Org.). Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos . Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova harmonia, 2016. FLEURI, Reinaldo Matias et.al (orgs). Diversidade Religiosa e direitos humanos : conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação : Uma perspectiva pósestruturalista. 14ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. Bibliografia complementar: CAMARGO, César da Silva; CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lílian Blanck de. Terra e alteridade : pesquisas e práticas pedagógicas em ensino religioso. São Leopoldo: Nova Harmonia: Oikos, 2007. 300 p. CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural : tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014. 244 p. CECCHETTI, Elcio; PIOVEZANA, Leonel (Orgs.). Interculturalidade e educação : saberes, práticas e desafios. Blumenau: edifurb, 2015. 254 p. (Saberes em diálogo). GOLDENBERG, Mirian. De perto ninguém é normal : estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2004. 189 p. SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do ser negro : (um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros). São Paulo: Educ-Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. 173p.

Componente Curricular: Educação escolar indígena no Brasil
Área temática/Eixo estruturante: Gestões Educacionais
Ementa: História, Sociedade e Políticas Educacionais. Processos históricos da Educação Escolar Indígena no Brasil. Fundamentos legais e pedagógicos da Educação Escolar Indígena. Diversidade Étnica, Currículo e Educação Indígena. Interculturalidade e Educação Escolar Indígena.

Objetivos: Conhecer a história e o contexto social e político em que foram se desenvolvendo as políticas de educação escolar indígena no Brasil e as transformações que trouxeram para o contexto educacional para o Povo Indígena Laklãnõ/Xokleng, bem como os fundamentos conceituais e princípios que regem essa modalidade educacional.

Bibliografia Básica:

BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: EGBA, 2014. 232 p, il.

OLIVEIRA, Lílian Blanck de; KREUZ, Martin; WARTHA, Rodrigo. **Educação, história e cultura indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí**. Blumenau (SC): Edifurb, 2014. 196 p.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GRANDO, Beleni Salête; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. 302 p.

Complementar:

BENTO, Karla Lucia. **Povo Laklãnõ/Xokleng e/em processos de decolonização: leituras a partir da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecu Patté - Aldeia Bugio**. 2018. 245 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 55. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2018. 527 p. (Coleção Saraiva de legislação).

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 5. ed. Brasília, D.F: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 60 p. (Legislação, n.39).

RIFFEL, Raquel. **Políticas públicas de proteção e promoção dos direitos fundamentais dos povos indígenas em Santa Catarina: uma leitura a partir da Constituição Federal de 1988**. 2017. 212 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (Mariana Kawall Leal). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: FAPESP: Global, 2001. 396 p, il. (Antropologia e educação). **Eletrônico**

Decreto 5051 de 19 de abril de 2004 Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Decreto 6861 de 27 de maio de 2009 Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

Documento final da I Conferência de Educação Escolar Indígena - 2009

II CONEEI - 25 propostas aprovadas e priorizadas

Referenciais para formação de professores indígenas - 2002

Componente Curricular: Educação e Interculturalidade - LI

Área temática/Eixo estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações

Ementa: Pressupostos teóricos. Dimensão histórica. Intercultura e educação. Educação intercultural e saberes silenciados/invisibilizados. Diversidade religiosa e educação intercultural na Educação Básica. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Conhecer históricos e pressupostos teóricos, que integram referenciais relacionados a interculturalidade e permeiam o contexto da educação na diversidade de suas práticas e sujeitos.

Bibliografia Básica:

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. In: **Grifos**: revista de divulgação científica e cultural, n. 15, p. 17-47, nov. 2003. Dossiê educação intercultural.

OLIVEIRA, Lílian Blanck de. **Cultura e diversidade religiosa na América Latina**: pesquisas e perspectivas pedagógicas. Blumenau: Edifurb; São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009. 307 p.

SIDEKUM, Antônio. **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2003. 464 p. (Ciência sociais).

Bibliografia Complementar:

CANDAUI, Vera Maria. **Sociedade, educação e cultura(s)**: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. 284p.

CECCHETTI, Elcio; PIOVEZANA, Leonel (Orgs.). Interculturalidade e educação: saberes, práticas e desafios. Blumenau: edifurb, 2015. 254 p. (Saberes em diálogo).

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 366p. Tradução de: Local knowledge.

MARIN, Jéri Roberto. **Religiões, religiosidades e diferenças culturais**. Campo Grande: Ed. da UCDB, 2005. 376 p.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio De Janeiro: Garamond, 2000. [75p.]. (Ideias sustentáveis).

Fase 2

Componente Curricular: História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e do Povo Laklânô/Xokleng

Área Temática/Eixo estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações

Ementa: História e ocupação territorial e colonial da América Latina e Caribe. História de ocupação dos povos indígenas (Jê) no Sul do Brasil. História e ocupação territorial Laklânô/Xokleng – história registrada e narrativa do Povo – ação de caráter extensionista.

Objetivos: Conhecer a história dos diversos povos indígenas do Sul do Brasil, identificando semelhanças e especificidades em relação à história do Povo Laklânô/Xokleng, considerando as histórias registradas e as narrativas do próprio Povo por meio de ações de extensão.

Bibliografia básica:

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Secretaria Municipal de Cultura: Companhia das Letras, 1992. 611p, il.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng /Silvio Coelho dos Santos. -Florianópolis: Edeme, 1973. - 313 p.: il.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267 p, il

Bibliografia complementar:

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. 2012a. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração da população indígena no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1977.

PEREIRA, Walmir da Silva, et al. **Laudo antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng**: história de contato, dinâmica social e mobilidade indígena no sul do Brasil. Porto Alegre: FUNAI, 1998.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

PROBST, Melissa. **História da América**: da era pré-colombiana às independências. 1.ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. - 276 p.: il.

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Língua Laklãnõ/Xokleng I
Área Temática/Eixo estruturante: Educações e Linguagens
Ementa: Oralidade na língua Laklãnõ/Xokleng. Histórico da oralidade. Tradições orais e sua manifestação no território. Memória e saberes ancestrais.
Objetivos: Compreender os fundamentos básicos da língua Laklãnõ/Xokleng, sua relação com as tradições orais e formas de manifestação no território vinculadas à memória e saberes ancestrais.
Bibliografia básica: GAKRAN, Nanblá. História do Início da Educação (Décadas de 1930 a 1990) e da Morfologia da Língua Junto ao Povo Xokleng/Laklãnõ. In: KEIM, Ernesto Jacob; GAKRAN, Nanblá; COSTA, Carlos Odilon da.; VIEIRA, Gleison; SANTOS, Raul Fernando dos. (Orgs.). Educação na Diversidade Étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014. p.69-86. GAKRAN, Nanblá. Elementos Fundamentais para uma Gramática da Língua Laklãnõ. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2015. RODRIGUES, Aryon D. Línguas Brasileira: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo: Ed. Layola, 1986.
Bibliografia complementar: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha, (Orgs.). Leitura e Escrita em Escolas Indígenas: Encontro de Educação Indígena nº 10º COLE – Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1995. Bartolomeu Melià. Bilinguismo e Escrita, p. 89-104. EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth. A conquista da escrita. São Paulo: Iluminuras, 1989. FRANCHETTO, Bruna. As artes da Palavra. Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 2, n. 1, 2003. MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. UNICAMP/SP – 2010. MONSERRAT, Ruth. Política e Planejamento Linguístico nas Sociedades Indígenas do Brasil Hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 131-153.
Periódicos especializados:

Componente Curricular: Infâncias, Educação e Desenvolvimento Integral
Área Temática/Eixo estruturante: Educações e Temporalidades Humanas
Ementa: Infâncias: história, contextos e concepções de criança e desenvolvimento. Marcos legais, políticas públicas e infância. Educação integral na perspectiva do desenvolvimento integral. Infâncias e populações indígenas no Brasil. Pedagogias indígenas. Infâncias e pedagogia Laklãnõ/Xokleng.
Objetivos: Conhecer perspectivas teóricas e conceituais que constituem concepções de crianças e infâncias e em relação aos processos de desenvolvimento integral, em especial em relação às populações indígenas.
Bibliografia básica: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Estudos da infância: educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 277 p, il. SILVA, Araci Lopes da; MACEDO, Ana V. L. da S.; NUNES, Ângela (Orgs.). Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002. TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GRANDO, Beleni Saléte; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos (Orgs.). Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização / -Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. - 302 p.

<p>Bibliografia complementar: BRASIL/MEC. Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. -Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2009. - 102 p. :il. - MARTINS FILHO, Altino José (org.). Criança pede respeito: temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005. - 160 p. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida, Mônica Appezato Pinazza, (Orgs.) Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: ARTMED, 2007. 28 p</p>
<p>OSTETTO, Luciana Esmeralda; OLIVEIRA, Eloisa Raquel de; MESSINA, Virgínia da Silva. Deixando marcas: a prática do registro no cotidiano da educação infantil. 2. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 110p SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, c2004. 256 p. (Em foco).</p>
<p>Periódicos especializados: TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. Revista Tellus, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 11-25, 2007. Disponível em: http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/138/144 <u>Cadernos de pesquisa : revista de estudos e pesquisas em educação</u></p>

Fase 3

<p>Componente Curricular: Alfabetização e Letramento I</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens</p>
<p>Ementa: Alfabetização no Brasil: contextualização histórica e a questão dos métodos; Conceitos de alfabetização e letramento: aproximações e distinções; Alfabetização: o processo de apropriação da linguagem escrita e o desenvolvimento da consciência fonológica; Princípios do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e práticas de ensino. Produção de objetos educacionais relacionados a alfabetização e letramento. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Elaborar conhecimentos, contextualizados historicamente, sobre os conceitos de alfabetização e letramento, entendendo-os como indissociáveis, e compreender os processos cognitivos, linguísticos e socioculturais envolvidos na apropriação do objeto de conhecimento a ser aprendido: o sistema de representação alfabética da escrita.</p>
<p>Bibliografia básica: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Portal Mec Seminário Alfabetização e Letramento Em Debate, Brasília, v. 1, p.1-16, 2006 NEVES, Josélia Gomes. Cultura escrita em contextos indígenas / Josélia Gomes Neves – 2009 369.; 30 cm Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agendapos/educacao_escolar/1951.pdf SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. n. 25, p. 5 – 17, Jan /Fev /Mar /Abr 2004.</p>
<p>Bibliografia complementar: CRIRI NETO, A. F. Alfabetização na língua Laklãnõ/Xokleng na Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. KLEIMAN, Angela B. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever? Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. MELIÁ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979. ROJO, Roxane Helena R.; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.</p>

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Ludicidade e Linguagens

Área Temática/Eixo estruturante: Educações e Temporalidades Humanas

Ementa: O lúdico na infância. A promoção da brincadeira como intencionalidade pedagógica. Artes e linguagens nos contextos educativos. Culturas infantis. As múltiplas linguagens das crianças. Produção de jogos didáticos.

Objetivos: Conhecer os elementos fundamentais que integram as culturas infantis e refletir sobre a importância do lúdico na constituição humana das crianças, tomando como eixos as linguagens e brincadeiras.

Bibliografia básica:

BELENI, Saléte Grando. A educação do corpo nas sociedades indígenas. In: MULLER, Maria Lúcia Rodrigues & PAIXÃO, Lea Pinheiro. **Educação, diferenças e desigualdades**. Cuiabá, EdUFMT, 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro & BRAND, Antonio J. & AGULERA URQUIZA, Antonio H. Entender o Outro – A criança indígena e a questão da Educação Infantil. In: **Reunião da ANPED** Anped, Caxambú, 2006.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte (org.) **Linguagens da arte na infância**. Joinville: Ed. da Univille, 2007.

Bibliografia complementar:

BROUGÈRE, Gilles; WAJSKOP, Gisela. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995. 110 p. (Questões da nossa época, 43).

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Tradução: Dayse Batista. - Porto Aelgre : ArtMed, 1999. 319p

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; CERISARA, Ana Beatriz (orgs.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, c1998. - 172p.

LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Maria Isabel Ferraz Pereira); OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas: Papirus, 2005. 174 p. (Ágere).

VIGOTSKI, Lev S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico** - livro para professores.

Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. -São Paulo: Ática, 2009.

Periódicos especializados:

ANPED: <http://www.anped.org.br>:

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

GT13 - Educação Fundamental

GT24 - Educação e Arte

<http://www.nica.ufsc.br>

Componente Curricular: Língua Laklãnõ/Xokleng II

Área Temática/Eixo estruturante: Educações e Linguagens

Ementa: Fundamentos da escrita Laklãnõ/Xokleng - morfologia e sintaxe.

Objetivos: Compreender os fundamentos básicos da escrita da língua Laklãnõ/Xokleng, na sua morfologia e sintaxe.

<p>Bibliografia básica: GAKRAN, Nanblá. Jê Meridional. In: Verbos Posicionais em Línguas da Família Jê (Tronco Macro-Jê): (Org.): Ana Suelly Arruda Cabral; Maxwell Gomes Miranda; Nanblá Gakran. Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.38.1, p. 01-192, maio-agosto.2018. _____. Elementos fundamentais para uma gramática da língua Laklãnõ. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015. _____. Universidade de Campinas. Aspectos Morfosintáticos da Língua Laklãnõ (Xokleng) – Jê. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.</p>
<p>Bibliografia complementar: AFONSO, Maria Aparecida Valentim. Políticas Linguísticas para os Povos Indígenas no Brasil. UFPB, João Pessoa – Paraíba, 2014. D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Kaingang: Questões de Língua e Identidade. Campinas: IEL – UNICAMP. LIAMES, n. 2, p. 105-128, Primavera 2002. MONSERRAT, Ruth. Política e Planejamento Linguístico nas Sociedades Indígenas do Brasil Hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 131-153. SEVERO, Cristine Gorski. Política (s) Linguística (s) e Questões de Poder. Alfa, São Paulo, 2013. VEIGA, Juracilda e D’ANGELIS, Wilmar da Rocha, (Orgs.). Escola Indígena, Identidade étnica e autonomia. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil; IEL/ UNICAMP, 2003.</p>
<p>MACEDO, Ana Vera L. da Silva. História na escola indígena: ponto e pressupostos teóricos e ação educativa: p.75-88.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Pesquisa Intercultural</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Educação, Pesquisa e Extensão</p>
<p>Ementa: Interculturalidade, pedagogias e práticas metodológicas decoloniais na América Latina. Conhecimento científico e saberes tradicionais. Métodos de pesquisa e Práticas de extensão.</p>
<p>Objetivos: Compreender a interculturalidade enquanto método de pesquisa para práticas pedagógicas decoloniais e atividades de extensão juntos às populações indígenas.</p>
<p>Bibliografia básica: ASTRAIN, Ricardo Salas. Ética intercultural e pensamento latino americano. Problemas e perspectivas de uma ética intercultural no marco da globalização cultural. In: SIDEKUM, Antônio (Org.). Alteridade e Multiculturalismo. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 327-328. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. 3ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001 FLEURI, R.M.; COPPETE, M.C.; AZIBEIRO, N. E. Pesquisas Interculturais: descolonizar o saber, o poder, o ser e o viver. In: OLIVEIRA, Lilian Black de. Culturas e diversidade religiosa na América Latina: pesquisas e perspectivas. Blumenau: Edifurb; São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. p. 30-46</p>

<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CANDAU, V. M. (org.) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009</p> <p>CECCHETTI, Elcio; PIOVEZANA, Leonel (Orgs.). Interculturalidade e educação: saberes, práticas e desafios. Blumenau: edifurb, 2015. 254 p. (Saberes em diálogo).</p> <p>FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. Revista Grifos, Chapecó, n.15, p. 17-48, Nov/2003.</p> <p>WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá/Colombia, n. 9, p.131-152, jul/dez, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf. Acesso em 15 abr 2013.</p> <p>_____. Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

Fase 4

<p>Componente Curricular: Estágio I – Educação Infantil LI</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Especificidades da primeira etapa da Educação Básica. Cotidiano e a organização do tempo e do espaço da educação infantil. Observação, planejamento, prática, avaliação e registro das ações pedagógicas na Educação Infantil. Avaliação na Educação Infantil. Elementos teóricos e práticos da docência na educação infantil. Sistematização, análise e socialização da ação docente.</p>
<p>Objetivos: Vivenciar o cotidiano da educação infantil para o desenvolvimento e organização da ação pedagógica, de modo a refletir sobre as especificidades que constituem primeira etapa da Educação Básica.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008. 128 p, il. (Biblioteca Artmed. Educação infantil).</p> <p>COHN, Clarice. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. In: LOPES DA SILVA, Aracy. MACEDO, A.V. L. Da Silva. NUNES, Angela (orgs.). Crianças Indígenas – Ensaio Antropológico. São Paulo: Global Editora, 2002.</p> <p>TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GRANDO, Beleni Saléte; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos (Orgs.) Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização organização. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BENTO, Karla Lucia. Povo Laklânô/Xokleng e/em processos de decolonização: leituras a partir da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecu Patté - Aldeia Bugio. 2018. 245 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.</p> <p>NASCIMENTO, Adir Casaro; BRAND, Antonio J.; AGULERA URQUIZA, Antonio H. Entender o outro: a criança indígena e a questão da educação infantil. 29 Reunião anual da ANPED. GT: Educação de crianças de 0 a 6 anos/GT7. Anais..., 2006. Disponível em: http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2.</p> <p>OLIVEIRA, Lílian Blanck de; KREUZ, Martin; WARTHA, Rodrigo. Educação, história e cultura indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí. Blumenau (SC) : Edifurb, 2014. 196 p, il.</p> <p>SILVA, Adriana. Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa. Campinas (SP): Autores Associados, 2011. xvii, 171 p, il.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

Componente Curricular: Metodologia do Ensino da Língua Laklãnõ-Xokleng
Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender
Ementa: Estudo da política linguística. Estudo sobre alfabetização em contexto bilíngue. Variação linguística na sala de aula. Estratégias para o ensino, a manutenção e provitalização da Língua Laklãnõ.
Objetivos: Conhecer e refletir sobre os aspectos que envolvem os processos de aprendizagem e alfabetização em contexto bilíngue considerando a variação linguística em sala de aula, analisando e construindo estratégias para manutenção e provitalização da língua Laklãnõ/Xokleng.
Bibliografia básica BARROSO, L. S. L. Âzê Sikutōri para não esquecer: a oralidade e o conhecimento da escrita. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. CONCEIÇÃO, L. C. Vivências de escritas entre os Laklãnõ/Xokleng. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski; GORSKI, Edair Maria (Org.). Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher 2016. - 1 recurso online
Bibliografia complementar: BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2003. BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007. 238 p, il. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004. 108 p, il. (Língua[gem], 4). CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. D.E.L.T.A. , v. 15, n. Especial, p. 385-417, 1999. GAKRAN, Namblá. Elementos fundamentais da gramática Laklãnõ. 2015. 283 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
Periódicos especializados: REVISTA LINGUÍSTICA, v. 13, n. 1, Educação e Revitalização Linguísticas , 2017. Disponível em: < https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/issue/view/463/showToc >.

Componente Curricular: Alfabetização e Letramento II
Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens
Ementa: Letramentos múltiplos e gêneros discursivos; Leitura; Produção de textos; Oralidade; Modalidades organizativas da ação pedagógica: caminhos para o trabalho com os processos de alfabetização e letramento. Produção de objetos educacionais relacionados a alfabetização e letramento. Articulação teoria e prática na Educação Básica.
Objetivos: Construir procedimentos e ações docentes que possibilitem compreender e orientar os processos de alfabetização e letramentos.
Bibliografia básica: BATISTA, A. A. G; SILVA, C. S. R.; FRADE, I. C. A. S. et al. Pró-letramento: Programa 64 www.furb.br UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU de formação continuada de professores dos anos/séries Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2007. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu. São Paulo: Scipione, 1999. 399 p, il. (Pensamento e ação ao magistério). ROXO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009. - 127 p.

<p>Bibliografia complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientação para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. NERY, A. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. In: BEAUCHAMP, J. (Org.). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Leograf gráfica e editora 2007. SOLE, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 194p. (Biblioteca ARTMED. Alfabetização e linguística) SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 125 p, il. Periódicos especializados:</p>
--

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em Língua Portuguesa</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Concepções de língua, linguagem e de gramática. Práticas de leitura e produção de diferentes gêneros discursivos orais e escritos. Análise linguística de textos na escola. Recursos e critérios de avaliação. Noções de norma-padrão. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino de Língua Portuguesa. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Construir conhecimentos relativos à língua portuguesa e ao trabalho com a linguagem em práticas educativas para os anos iniciais da educação básica.</p>
<p>Bibliografia básica: ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. 223 p. ELIAS, Vanda Maria (Org.). Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita, leitura. 1. ed. São Paulo: Contexto, c2011. 251 p., il. GRAZZI, D.C.S., SILVA, A.L. da. A filosofia e a pedagogia da educação indígena: um resumo dos debates. In: SILVA, A.L. da (Org.). A questão da educação indígena. São Paulo: Comissão Pró-Índio: Brasiliense, 1981.</p>
<p>Bibliografia complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BATISTA, Adriana Santos; PEREIRA, Aline Maria dos Santos; KALLARRARI, Celso (Orgs.). Linguística e o ensino de língua portuguesa. 1. ed. São Paulo: Opção, 2014. 165 p., il. OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia Marili Azevedo de Medeiros; SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. Projetos de letramento e formação de professores de língua materna. Natal: EDUFRN, 2011. ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009. 127 p, il. RUIZ, Eliana Donaio. Como corrigir redações na escola: uma proposta textualinterativa. São Paulo: Contexto, 2013. Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Saberes e Conhecimentos Tradicionais do Povo Laklãnõ-Xokleng I</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações</p>
<p>Ementa: Terra. Território. Territorialidade tradicional do povo Laklãnõ/Xokleng. Espaços tradicionais. Mitologia. A extensão como forma de registro das concepções e percepções do Povo.</p>

<p>Objetivos: Identificar e refletir sobre os saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãñ/Xokleng que envolvem os conceitos de terra, território, territorialidade, espaços tradicionais e mitologia por meio de levantamento teórico e pesquisa e de ações extensionistas junto ao Povo.</p>
<p>Bibliografia básica: HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Índios Misturados”: Historicidade e etnicidade Xokleng. Campos – Revista de Antropologia. v. 6, UFPR: 2005, p. 67-78. PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana. Esther.; SADER, Emir. (Orgs.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.</p>
<p>Bibliografia complementar: GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 366p. Tradução de: Local knowledge. KEIM, Ernesto Jacob, et al (orgs). Educação na Diversidade Étnica: Educação Escolar Indígena no Contexto Pós e Anticolonial. Curitiba: CRV, 2014. RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática. 1993. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997 UFSC. Consciência Laklãñ-Xokleng em ação: jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãñ. Ação e Saberes Indígenas na Escola - ASIE. Florianópolis: UFSC/SED/SC/MEC. 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Etnomatemática</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens</p>
<p>Ementa: Etnomatemática na perspectiva de uma tendência de pesquisa em educação matemática. Fundamentos e atravessamentos teóricos da etnomatemática. Diferentes correntes teóricas em etnomatemática. Etnomatemática como abordagem metodológica na educação escolar indígena. Inserção da etnomatemática em experiências de extensão junto à comunidade e/ou escola.</p>
<p>Objetivos: Conhecer, respeitar e entender a formar como diferentes culturas interpretam as realidades externas em termos matemáticos e associá-las a experiências curriculares.</p>
<p>Bibliografia básica: CLARETO, Sônia Maria. Terceiras Margens: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjais do Jari (Amapá). Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003. D’AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco. (Org.) Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p>

<p>DAMBRÓSIO, Ubiratan. (1994). A etnomatemática no processo de construção de uma escola indígena. Em Aberto, 14(63), 93-99.</p> <p>_____. Etnomatemática. Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ed. Ática, 1990.</p> <p>FERREIRA, Eduardo Sebastiani. Por uma Teoria da Etnomatemática. <i>Bolema</i>, v.22, p.30-35, 1991.</p> <p>GERDES, Paulus. Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.</p> <p>KNIJNIK, Gelsa. Educação Etnomatemática, Culturas e Conhecimentos na Luta pela Terra. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.</p> <p>MIARKA, Roger; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Matemática e/na/ou Etnomatemática. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 5, n. 1, p. 149-158, 2012.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Latinoamericana de Etnomatemática</p>

Fase 5

<p>Componente Curricular: Estágio II – Anos Iniciais LI</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Inserção em espaços educativos do Ensino Fundamental - anos iniciais: 1. Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas. 2. Elementos teóricos e práticos da docência nos anos iniciais; 3. Alfabetização e letramento nos processos de ensinar, aprender e avaliar; 4. Metodologias pedagógicas; 5. Sistematização, análise e socialização da ação docente.</p>
<p>Objetivos: Vivenciar a prática pedagógica buscando compreender a realidade escolar e contribuir para uma prática de ensino transformadora.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>CARVALHO, Gislene T. R. Delgado de; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004.</p> <p>LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>SCHROEDER, Edson; SILVA, Vera Lúcia de Souza. Estágios em Foco – a pesquisa, a teoria e a prática na formação de professores na FURB. Blumenau, SC: Edifurb, 2014.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.</p> <p>FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim; FORMOSINHO, Julia Oliveira. Formação, Desempenho e Avaliação de Professores. Portugal: Edições Pedagogo, 2010.</p> <p>KOHAN, Walter Omar. O Mestre Inventor – Relatos de um viajante educador. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>
<p>Componente Curricular: Arte e Educação Indígena</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens</p>

<p>Ementa: Arte, cultura e educação. Aspectos históricos e estéticos: arte nacional e internacional. Linguagens artísticas. Elementos da visualidade e suas relações compositivas. Técnicas e materialidades. Arte indígena Laklãnõ/Xokleng e cotidiano escolar – intervenções extensionistas junto às escolas.</p>
<p>Objetivos: Conhecer diferentes linguagens, elementos e técnicas que envolvem aspectos históricos e estéticos da arte nacional, internacional e mais especificamente da arte indígena Laklãnõ/Xokleng, relacionando com o cotidiano da educação básica.</p>
<p>Bibliografia básica: BARBOSA, A. M. T. B. Arte educação contemporânea: consonâncias internacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. FARTHING, Stephen. Tudo sobre arte: os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. PROENÇA, Graça. História da arte. 17. ed. São Paulo: Ática, 2012.</p>
<p>Bibliografia complementar: CAUQUELIN, Anne. Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins, 2010. 168 p, il. LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação / Els Lagrou; orientações pedagógicas: Lucia Gouvêa Pimentel e William Resende Quintal. - 1.ed. - Belo Horizonte: C/Arte, c2009. TIRAPELI, Percival. Arte indígena: do pré-colonial à contemporaneidade /Percival Tirapeli. -São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2006. SANMIGUEL, David. Materiais e Técnicas: Guia Completo. São Paulo: WMF/Martins Fontes. 2ª ed., 2013. UFSC. Consciência Laklãnõ-Xokleng em ação: jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãnõ. Ação e Saberes Indígenas na Escola - ASIE. Florianópolis: UFSC/SED/SC/MEC. 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em Ciências</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Compreensão epistemológica da natureza da Ciência. Objetivos para aprender Ciências da Natureza na Educação Infantil e anos Iniciais. Elaboração dos conhecimentos Espontâneos e Científicos na aprendizagem das Ciências da Natureza. Tendências atuais para a pesquisa em ensino de Ciências. Métodos e estratégias globalizadoras para o ensino de Ciências da Natureza. Conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais para aprender de Ciências da Natureza. Linguagens no Ensino de Ciências. Avaliação da aprendizagem. Espaços de práticas educativas em Ciências da Natureza. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino de Ciências. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Desenvolver e avaliar práticas educativas para formação científica das crianças a partir de fundamentos teóricos-metodológicos sobre a aprendizagem e as tendências atuais do ensino de Ciências da Natureza, estabelecendo relações com o contexto histórico-social brasileiro em que se desenvolve a docência.</p>
<p>Bibliografia básica: CAMPOS, M. C.C; NIGRO, R.G. Didática das Ciências: o ensino aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de Carvalho (Org.). Ensino de Ciências por Investigação: Condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2014 CARVALHO, Anna M. Pessoa de. GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. - 10. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011. - (Questões da nossa época; v. 28).</p>

<p>Bibliografia complementar: ANDRADE, M. L. F. de; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. Ciência e Educação. Bauru, v.17, n.4, p.835-854, 2011. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUO, M.M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2003. KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. Ensino de Ciências e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2004. SANTA CATARINA, Governo do Estado, Secretaria da Educação. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Santa Catarina, Secretaria do Estado da Educação, 2019</p> <p>Periódicos especializados:</p>
--

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em História</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: O ensino de História: fundamentos, concepções e fontes na prática pedagógica na educação básica. O saber histórico nos espaços educativos. A Construção da temporalidade histórica. Propostas curriculares oficiais do ensino de História. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino de História. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Compreender os fundamentos do ensino da História em sua temporalidade bem como a especificidade dos processos pedagógicos.</p>
<p>Bibliografia básica: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas: Papirus, 2003. 255p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. 2º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992</p>
<p>Bibliografia complementar: BANIWA, Gersem. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2005. BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Base da 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2016. SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. São Paulo (SP): Papirus, 2007. 144 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). WITTMANN, Luisa Tombini (org). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015</p> <p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em Matemática I</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>

<p>Ementa: Educação Matemática: conceitos e fundamentos. Matemática na Educação Infantil. Alfabetização Matemática e Letramento Matemático. Propostas Curriculares oficiais do Ensino de Matemática. Conceitos e metodologias relacionados a Número e Operações com Números Naturais. Conceito e metodologias relacionados ao Sistema de Numeração Decimal. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino da Matemática. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Identificar os conteúdos fundamentais da matemática e suas relações com o processo de aprendizagem do educando, reelaborando a prática educativa numa visão interdisciplinar na educação básica.</p>
<p>Bibliografia básica: BORBA, Rute; GUIMARÃES, Gilda (org.). Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (livro eletrônico). Brasília: SBEM, 2015. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre a tradição e a modernidade, Belo Horizonte, Autêntica. 2001. DANILUK, Ocsana Sônia. Alfabetização Matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. (recurso eletrônico). 5. ed. Passo Fundo (RS): Ed. Universidade de Passo Fundo. 2015.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p>
<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. CARNEIRO, Reginaldo Fernando; SOUZA, Antonio Carlos de; BERTINI, Luciane de Fatima. (org.) A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental (livro eletrônico): práticas de sala de aula e de formação de professores. Brasília, DF: SBEM, 2018. LORENZATO, S. Educação Infantil e Percepção Matemática. Campinas, SP. Autores Associados, 2006 – (Coleção Formação de Professores) LOSS, A.S. Anos Iniciais: metodologia para o ensino da matemática. 2. Ed. Ver. E atual. Curitiba: Appris, 2016 NACARATO, A.M., LOPES, C.E. (Orgs.). Indagações, Reflexões e Práticas em leituras e Escritas na Educação Matemática. Campinas: Mercado das Letras, 2013</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

Fase 6

<p>Componente Curricular: Estágio III – Anos Iniciais LI</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Inserção em espaços educativos do Ensino Fundamental – anos iniciais: 1. Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas. 2. Elementos teóricos e práticos da docência nos anos iniciais. 3. Os conteúdos de ensino; 4. Metodologias pedagógicas; 5. Processo de avaliação da aprendizagem. 6. Sistematização, análise e socialização da ação docente.</p>
<p>Objetivos: Demonstrar conhecimento teórico/prático para o exercício profissional da docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>
<p>Bibliografia básica: BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. CARVALHO, Gislene T. R. Delgado de; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004. LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. SCHROEDER, Edson; SILVA, Vera Lúcia de Souza. Estágios em Foco – a pesquisa, a teoria e a prática na formação de professores na FURB. Blumenau, SC: Edifurb, 2014.</p>

<p>Bibliografia complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. VAILLANT, Denise; MARCELO, Carlos. Ensinando a Ensinar: As quatro etapas de uma aprendizagem. 1.ed. Curitiba: UTFPR, 2012. 242p. ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2014. 327p. ZABALA, Antoni. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. 194p, il. (Biblioteca Artmed, Fundamentos da educação). Tradução de: Como trabajar los contenidos procedimentales en el aula.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em Matemática II</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>
<p>Ementa: Conceitos e metodologias relacionados aos Números Racionais. Conceitos e metodologias relacionados aos eixos: Geometria, Grandezas e Medidas, Estatística e Probabilidade e, Álgebra e Funções. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino da Matemática. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Identificar os conteúdos fundamentais da matemática e suas relações com o processo de aprendizagem do educando, reelaborando a prática educativa numa visão interdisciplinar na educação básica.</p>
<p>Bibliografia básica: D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre a tradição e a modernidade, Belo Horizonte, Autêntica. 2001. CARNEIRO, Reginaldo Fernando; SOUZA, Antonio Carlos de; BERTINI, Luciane de Fatima. (org.) A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental (livro eletrônico): práticas de sala de aula e de formação de professores. Brasília, DF: SBEM, 2018. MORETTI, V.D., SOUZA, N.M.M. Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p>
<p>Bibliografia complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BORBA, Rute; GUIMARÃES, Gilda (org.). Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (livro eletrônico). Brasília: SBEM, 2015. CARZOLA, Irene. et.al. (org.) Estatística para os anos iniciais do ensino fundamental (livro eletrônico). 1. ed. Brasília: SBEM, 2017. FONSECA, M.C.F.R. et. Al. O ensino de geometria na escola fundamental – três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª. ed., 2005. LORENZATO, S. Para aprender Matemática. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção: Formação de Professores) NACARATO, Adair Mendes; CUSTÓDIO, Iris Aparecida. (org.) O Desenvolvimento do pensamento algébrico na educação básica (livro eletrônico): compartilhando propostas de sala de aula com o professor que ensina (ensinará) matemática. Brasília: SBEM, 2018.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Pedagógica em Geografia</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Processos de Ensinar e Aprender</p>

<p>Ementa: O ensino de Geografia: fundamentos e concepções. Desenvolvimento do pensamento lógico-crítico em relação ao espaço. Conteúdos de Geografia para a Educação Básica. Processos de ensinar e de aprender Geografia. Propostas curriculares oficiais do ensino de Geografia. Produção de objetos educacionais relacionados ao ensino de Geografia. Articulação teoria e prática na Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Problematicar os principais conceitos que conformam as reflexões da Geografia. Abordar temáticas de cunho geográfico, a serem refletidas na formação de consciência espacial no ensino básico e fundamental. Debater das possibilidades de manejos da Geografia na infância, à partir da experiência das estudantes. Operacionalizar tratamento didático para ensino e aprendizagem de Geografia no Ensino Básico. Promover reflexões de conteúdos de Geografia particulares as séries iniciais. Conhecer e Refletir das possibilidades de mobilização das sugestões dos PCN's na inserção no Ensino Básico. Problematicar as possibilidades e diferentes maneiras de relacionar diferentes saberes com a Geografia. Compreender processos e etapas das relações das crianças com seus espaços de vivências, simbologias e recriações.</p>
<p>Bibliografia básica: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999. PONTUSCHKA, Nidia Nacib. O perfil do professor e o ensino-aprendizagem da geografia. In: Cadernos Cedes. PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia em perspectiva: ensino de pesquisa.3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. Cadernos CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 249-259, maio/ago.2005</p>
<p>Bibliografia complementar: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental. São Paulo: Autores Associados, 2005. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FREIRE, Ana Maria Araujo. Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e de palavras. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. 151 p, il. (Série Paulo Freire). BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2010. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre : ARTMED, 1998. 224 p, il.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Saberes e Conhecimentos Tradicionais do Povo Laklãnô/Xokleng II</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações</p>
<p>Ementa: Cosmologias Indígenas e Cosmologia Laklãnô. Biodiversidades (plantas e ervas medicinais). Alimentação tradicional. A extensão como forma de registro das concepções e percepções do Povo.</p>
<p>Objetivos: Identificar e refletir sobre os saberes e conhecimentos tradicionais do Povo Laklãnô/Xokleng que envolvem as cosmologias Indígenas e cosmologia Laklãnô/Xokleng e suas biodiversidades (plantas e ervas medicinais), principalmente no que se refere à alimentação tradicional.</p>

Bibliografia básica:

BRIGHENTI, Carlos A. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A., et al (Ed.). **Etnohistória, história indígena e educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012b. p. 37-65.

FONTANIVE, Maicon; PRIPRÁ, Simeão; SCHWINGEL, Lúcio R. (orgs.). **Segurança Alimentar Xokleng na Aldeia Bugio** – Memórias, saberes e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2012.

LOCH, S. Arquiteturas xoklengs contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na Terra Indígena de Ibirama. 2004. **(Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88156/205561.pdf?sequence=1>>.

WIJK, F. B. "Somos índios crentes": dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina. **Tellus**, v. 10, n. 19, p. 11-51, jul./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/grupopesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Ciclo%20de%20estudos/SOMOS%20INDIOS%20CRENTES%20WIJK%20TELLUS%202010.pdf>>.

Bibliografia complementar:

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 366p. Tradução de: Local knowledge.

KEIM, Ernesto Jacob, et al (orgs.). **Educação na Diversidade Étnica**: Educação Escolar Indígena no Contexto Pós e Anticolonial. Curitiba: CRV, 2014.

LAVINA, R. Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. 1994. **(Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997

UFSC. Consciência Laklãñd-Xokleng em ação: jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãñd. **Ação e Saberes Indígenas na Escola - ASIE**. Florianópolis: UFSC/SED/SC/MEC. 2017.

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Projeto Intercultural Sustentabilidade

Área Temática/Eixo Estruturante: Educação, Pesquisa e Extensão

Ementa: Estudos e pesquisas no desenvolvimento de projetos de extensão interdisciplinares com foco em sustentabilidade. Sustentabilidade, saberes e cosmovisão indígena. Sustentabilidade sob a ótica da Biodiversidade e da Interculturalidade. Educação Ambiental Crítica.

Objetivos: Identificar possibilidades de intervenção extensionista junto ao território a partir da análise do contexto envolvendo a comunidade para o desenvolvimento de projetos que visem o cuidado com o meio ambiente a partir da cosmovisão indígena, promovendo uma educação ambiental crítica e intercultural.

Bibliografia básica:

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade** – O que é, o que não é. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DIAS, G.F. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo, Cortez Editora, 2018.

Bibliografia complementar:

GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez. LEFF, Enrique. **Saber Ambiental** - Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 11a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

SACHS I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed.

SATO, M.; SILVA, R; JABER, M. **Educação Ambiental** – Tessituras da Esperança. Cuiabá: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018. Disponível em

http://editorasustentavel.com.br/wpcontent/uploads/2018/05/EDUCACAO_AMBIENTAL_Tessituras-de-Esperancas_ebook.pdf . SCHULZ, L. **Pedagogia Ecovivencial: por uma educação ambiental emancipatória**. 243 p. **Tese**

(Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

Periódicos especializados:

Fase 7

Componente Curricular: Estágio IV – Organização e Gestão da Educação Escolar LI

Área Temática/Eixo Estruturante: Gestões Educacionais

Ementa: Contexto político-econômico da educação escolar indígena em Santa Catarina e na região do Vale do Itajaí. Atuação do pedagogo na gestão da escola pública e as mediações com o Currículo. Aplicação da Lei 11.645/2008. Projeto Político-Pedagógico da escola: elaboração e desenvolvimento. Plano de gestão administrativo e pedagógico – planejamento/elaboração, desenvolvimento e avaliação. Observação e análise da gestão escolar em diferentes contextos e etapas da educação básica. Sistematização e socialização das análises.

Objetivos: Analisar a escola enquanto instituição histórica e social buscando reconhecer e compreender as ações de gestão educacional, possibilitando a intervenção no espaço escolar a partir de projetos e práticas educativas de gestão.

Bibliografia básica:

CANÁRIO, R. **O que é a escola?** Um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. 5. ed. rev.ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical** – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Olhar longe, porque o futuro é longe – Cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. 240 f. **Tese** de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

PLACO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (orgs). **O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da Escola**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche (org.) **Gestão das Escolas** – desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Gestão, escola e democracia
Área Temática/Eixo Estruturante: Gestões Educacionais
Ementa: Sistemas educacionais no Brasil e o regime de colaboração entre os entes federativos. Gestão escolar democrática e participação comunitária. Conselhos escolares, APP, Grêmios estudantis. Organização pedagógica e administrativa. Gestão e formação continuada da equipe. Documentação legal. Relações interpessoais e mediação de conflitos. Formas de financiamento da escola pública nas diferentes esferas governamentais. Desenvolvimento de projetos e parcerias. Especificidades das escolas indígenas e sua relação com as políticas e organizações internas da comunidade indígena.
Objetivos: Reconhecer os elementos políticos, econômicos e sociais fundantes da gestão democrática da escola pública, analisando criticamente suas implicações no cotidiano escolar.
Bibliografia básica: CANÁRIO, R. O que é a escola? Um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. 5. ed. rev.ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. LIMA, Licínio C. Organização Escolar e Democracia Radical – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.
Bibliografia complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Olhar longe, porque o futuro é longe – Cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. 240 f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. PLACO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (orgs). O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da Escola . 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. VIEIRA, Sofia Lerche (org.) Gestão das Escolas – desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.
Periódicos especializados:

Componente Curricular: Educação Especial - LI
Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Temporalidades Humanas
Ementa: Educação especial e educação inclusiva. Políticas públicas e articulação intersetorial no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Identificação e caracterização das Necessidades Educacionais Especiais, das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, síndromes e transtornos e outros públicos-alvo da Educação Especial. Acessibilidade. Tecnologias Assistivas. Participação da escola, família e da comunidade no processo de inclusão escolar. Produção de objetos educacionais relacionados à Educação Especial. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Identificar e caracterizar o público-alvo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reconhecendo as Necessidades Educacionais Especiais, as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, síndromes e transtornos bem como as metodologias, ações e práticas pedagógicas, acessibilidade e tecnologias assistivas que possibilitem a inclusão por meio de processos de intervenção e recursos pedagógicos e

metodológicos para garantir a aprendizagem. Entender a articulação intersetorial de diversas áreas do conhecimento na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o papel da família e comunidade no processo de inclusão escolar.

Bibliografia básica:

BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos (Orgs.). **Deficiência e escolarização:** novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Orgs). 2 ed. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (Orgs.). **Escola inclusiva.** São Carlos: EdUFSCar, 2002.

Bibliografia complementar:

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (Orgs). 2 ed. **Avanços em políticas de inclusão:** o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Editora Medição, 2011.

GARCIA, R. M. C.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Sociologia da Educação

Área Temática/Eixo Estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações

Ementa: A educação como objeto de reflexão sociológica. Aspectos históricos do desenvolvimento da sociologia e da sociologia da educação. Conceitos sociológicos aplicados à educação: instituições sociais, sociabilidade, socialização, estratificação, mudança social. A Sociologia da Educação como campo de pesquisa acadêmica: fontes, teorias e métodos. A educação no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Objetivos: Situar a educação como fenômeno social. Problematizar, analisar, discutir e investigar temas, noções e conceitos relativos aos fundamentos sociológicos da educação.

Bibliografia básica:

MARQUES, Sílvia. **Sociologia da educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Org.). **Sociologia da educação:** pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 261 p, il. (Ciências sociais da educação).

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes, 1977.

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio M. (Afrânio Mendes). Escritos de educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 251 p, il. (Ciências sociais da educação).
 KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1993. 155 p, il. (Magistério 2. grau. Série formação do professor).
 NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 183p. (Ciências sociais da educação).
 SOUZA, Ana Cláudia de; OTTO, Clarícia; FARIAS, Andressa da Costa. A escola contemporânea: uma necessária reinvenção. 1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2011.
 VALLE, Ione Ribeiro. Sociologia da educação: currículo e saberes escolares. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

Periódicos especializados: **Educação & Sociedade**

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/lng_pt/nrm_iso

Componente Curricular: Projeto Intercultural - Memórias

Área Temática/Eixo Estruturante: Educação, Pesquisa e Extensão

Ementa: Estudos e pesquisas no desenvolvimento de projetos de extensão interdisciplinares envolvendo ancestralidade, memória coletiva, narrativas e manifestações culturais.

Objetivos: Identificar possibilidades de intervenção extensionista junto à comunidade a partir da análise do contexto para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares envolvendo a ancestralidade, memória coletiva, narrativas e manifestações culturais.

Bibliografia básica:

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 4. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984
 LEME, M. C. G. **Repensar la educación:** aportes desde la interculturalidad y la pedagogía social. 1. ed. El Salvador: Editorial Universidad Don Bosco, 2013. v. 300. 147p

Bibliografia complementar:

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 366p. Tradução de: Local knowledge.
 KEIM, Ernesto Jacob, et al (orgs). **Educação na Diversidade Étnica:** Educação Escolar Indígena no Contexto Pós e Anticolonial. Curitiba: CRV, 2014.
 LAVINA, R. Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. 1994. (**Mestrado**). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS.
 SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng:** memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
 UFSC. Consciência Laklãnõ-Xokleng em ação: jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãnõ. **Ação e Saberes Indígenas na Escola - ASIE.** Florianópolis: UFSC/SED/SC/MEC. 2017

Periódicos especializados:

Componente Curricular: Corpo, Movimento e Culturas
Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens
Ementa: Dimensões poéticas do corpo; investigação das possibilidades do uso do corpo como instrumento expressivo; a corporeidade como experiência em diferentes culturas. Inserção do conteúdo em processos educativos na escola e/ou comunidade.
Objetivos: Conhecer as dimensões poéticas do corpo e as possibilidades de uso como instrumento expressivo, reconhecendo as especificidades dessa relação em diferentes culturas.
Bibliografia básica: LE BRETON, David. Antropologia dos sentidos . Petrópolis: Vozes, 2016. GRANDO, B. Corpo e cultura : a educação do corpo em relações de fronteiras étnicas e culturais e a constituição da identidade Bororo em Meruri-MT. <i>Pensar a prática</i> , Goiânia v. 8, n. 2, p. 163-179, jul./dez. 2005. GRANDO, B. A educação do corpo nas sociedades indígenas. In: RODRIGUES MULLER, M. L.; PAIXÃO, L. P. (Orgs.). Educação: diferenças e desigualdades . Cuiabá: UFMT, p. 227- 252, 2006.
Bibliografia complementar: CANDAU, V. M. F. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores. In: Magistério: Construção cotidiana , Petrópolis: Vozes, 1997, p. 237-250. GRANDO, B; HASSE, M. Índio brasileiro: integração e preservação. In: FLEURI, R. M. (Org.). Intercultura: estudos emergentes . Ijuí: Unijuí, p. 101-116, 2001.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas no Brasil: 2001-2005 . Beto Ricardo; Fany Ricardo. São Paulo, 2006. LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico . 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. MOURA, E. R. A iniciação ancestral da criança guarani Mbyá. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da USP. São Paulo: FEUSP, 2005. VIVEIROS DE CASTRO, E. A Fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil . São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ, p. 31-41, 1987
Periódicos especializados:

Componente Curricular: Estética, Ética e Formação Docente
Área Temática/Eixo Estruturante: Educações e Linguagens
Ementa: Noções de estética. O sentido do existir, sentir e perceber o mundo, a natureza, o outro e a si mesmo. Convergências e divergências entre a Estética e a Ética. Estética e ética na formação docente. Ética, estética e docência na educação infantil e anos iniciais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Conhecer e problematizar referenciais sobre ética e estética, convergências, divergências, presenças e ausências nos processos de formação docente e inserção no cotidiano da educação infantil e anos iniciais.
Bibliografia básica: CANTINHO, Maria João; MARCOS, Maria Lucília; BARCELOS, Paulo (orgs). Emmanuel Levinas: entre reconhecimento e hospitalidade . Portugal: Edições 70, 2011. JIMENEZ, Marc. O que é estética? São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 1999. 413 p. (Focus, 3). SOUZA, Ricardo Timm de; FARIAS, André Brayner de; FABRI, Marcelo (organizadores). Alteridade e ética: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 251p</p> <p>KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um Xamã Yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p> <p>LEVINAS, Emmanuel. Humanismo do outro homem. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 131 p.</p> <p>LEVINAS, Emmanuel. Entre nós: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1997. 302 p. Tradução de Entre nous: essais sur le penser-a-liautre.</p> <p>REIS, Ronaldo Rosas. Educação e estética: ensaios críticos sobre arte e formação humana no pósmodernismo. São Paulo: Cortez, 2005. 128 p.</p> <p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Perspectivas Decoloniais na América Latina</p>
<p>Área Temática/Eixo Estruturante: Histórias, Sociedades, Culturas e Educações</p>
<p>Ementa: Processos de colonização da América Latina. Modernidade, eurocentrismo e Colonialidade. Colonialidade do Ser, Saber, Poder e Viver. Territórios e territorialidades contestados e/em perspectivas decoloniais na América Latina. Povos e populações tradicionais na América Latina. Constitucionalismo e Pluriconstitucionalismo na América Latina. Marco temporal. Autodeterminação. Atendimento e violação dos direitos indígenas.</p>
<p>Objetivos: Identificar e reconhecer os processos coloniais na história da América Latina que resultaram na produção de colonialidades, a forma como se relacionam com o conceito de modernidade, respondendo ao padrão eurocêntrico, bem como conhecer perspectivas decoloniais que vêm sendo construídas em diversos lugares e por diferentes povos na América Latina, incluindo no Brasil.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.</p> <p>QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. (org). Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.107-130.</p> <p>_____. Colonialidade, Modernidade e identidade na América Latina. 2005</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CECCHETTI, Elcio; PIOVEZANA, Leonel (Orgs.). Interculturalidade e educação: saberes, práticas e desafios. Blumenau: edifurb, 2015. 254 p. (Saberes em diálogo).</p> <p>DUSSEL, Enrique. 1492, el encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz, 1994.</p> <p>MIGNOLO, Walter D. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad</p> <p>WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá/Colombia, n. 9, p.131-152, jul/dez, 2008.</p> <p>_____. Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.</p> <p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Disciplina Eletiva I</p>

Área Temática/Eixo Estruturante: Conforme definição do componente
Ementa: Conforme Art. 7º da Resolução nº 201/2017, Inciso II - Os componentes eletivos são “escolhidos livremente pelo(a) estudante dentre os oferecidos em outros cursos de graduação ou pós-graduação da FURB, em qualquer área do conhecimento. Deverão constar na matriz curricular a indicação da carga horária e da fase que os componentes curriculares eletivos deverão ser cursados.”
Objetivos:
Bibliografia básica:
Bibliografia complementar:
Periódicos especializados:

Componente Curricular: Trabalho Interdisciplinar Final
Área Temática/Eixo Estruturante: Educação, Pesquisa e Extensão
Ementa: Revisão do percurso formativo. Seleção da temática a ser aprofundada. Produção escrita: artigo científico. Socialização, avaliação e publicação dos resultados.
Objetivos: Sistematizar, por meio de artigo científico, uma temática a escolha do/a(s) estudante(s) que possa ser tratada interdisciplinarmente e que tenha feito parte do percurso formativo para socialização no espaço acadêmico e, se possível, junto à comunidade.
Bibliografia básica: BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. 516p. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed, [1994]. 336p, LUDKE, M.; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2013. 99 p.
Bibliografia complementar: AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem arroudeio e sem medo da ABNT.7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 126 p, il. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, c2010. 167 p, il. SÁNCHEZ MIGUEL, Emilio. Compreensão e redação de textos: dificuldades e ajudas. Porto Alegre: Artmed, 2002. 278p, il. (Biblioteca ARTMED. Alfabetização e linguística). Tradução de Comprensión y redacción de textos. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.
Periódicos especializados:

5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Quadro 9 - Componentes curriculares existentes

código no Sistema de Gestão de Cursos	componente curricular	depto
LET.185.00	Produção Textual Acadêmica	LET
FIL.74.00	Filosofia da educação	SOC
EDU.514.00	Teorias e Práticas Curriculares e Pedagógicas	EDU
PSI.151.00	Psicologia da Educação	PSI
EDU.508.00	Ludicidade e Linguagens	EDU

EDU.510.01	Alfabetização e Letramento I	EDU
EDU.510.02	Alfabetização e Letramento II	EDU
EDU.521.00	Teoria e Prática Pedagógica em Língua Portuguesa	EDU
EDU.511.01	Teoria e Prática Pedagógica – Matemática I	EDU
EDU.509.00	Teoria e Prática Pedagógica – Ciências	EDU
EDU.522.00	Teoria e Prática Pedagógica – História	EDU
EDU.511.02	Teoria e Prática Pedagógica – Matemática II	EDU
CNA.306.00	Prática em Sustentabilidade	CNA
EDU.523.00	Teoria e Prática Pedagógica – Geografia	EDU
LET.190.00	LIBRAS	LET
SOC.199.00	Sociologia da Educação	SOC

Quadro 10 – Componentes curriculares novos

componente curricular	depto	área temática do departamento
Educação e Diversidades – Licenciatura Indígena (LI)	EDU	Sociedade, cultura e educação
Educação e Interculturalidade – LI	EDU	Sociedade, cultura e educação
Educação Escolar Indígena no Brasil	EDU	Gestão e processos educacionais
História dos Povos Indígenas do Sul do Brasil e Povo Laklãñ/Xokleng	HIS	História do Brasil
Língua Laklãñ/Xokleng I	LET	Educação e linguagem
Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem – LI	CMP	Formação do educador
Infâncias, Educação e Desenvolvimento Integral	EDU	Educação e temporalidades humanas
Língua Laklãñ/Xokleng II	LET	Educação e linguagem
Pesquisa Intercultural	EDU	Educação e pesquisa
Estágio I – Educação Infantil – LI	EDU	Formação do pedagogo
Metodologia do Ensino da Língua Laklãñ/Xokleng	LET	Processos de ensinar e aprender
Etnomatemática	MAT	Educação matemática
Saberes e Conhecimentos Tradicionais do Povo Laklãñ/Xokleng I	SOC	Sociedade e culturas
Estágio II – Anos Iniciais – LI	EDU	Formação do pedagogo
Arte e Educação Indígena	ART	Arte e educação
Estágio III – Anos Iniciais – LI	EDU	Formação do pedagogo

Saberes e Conhecimentos Tradicionais do Povo Laklãnõ/Xokleng II	SOC	Sociedade e culturas
Projeto Intercultural – Sustentabilidade	CNA	Educação e extensão
Estágio IV – Organização e Gestão da Educação Escolar – LI	EDU	Formação do pedagogo
Educação Especial – LI	EDU	Formação do educador
Projeto Intercultural – Memórias	HIS	Educação e extensão
Gestão, Escola e Democracia	EDU	Gestão e processos educacionais
Corpo, Movimento e Culturas	ART	Arte e educação
Estética, Ética e Formação Docente	FIL	Formação do educador
Perspectivas decoloniais na América Latina	SOC	Processos decoloniais
Trabalho Interdisciplinar Final	EDU	Educação e pesquisa

6 CORPO DOCENTE

6.1 PERFIL DOCENTE

Em conformidade às normas e assim como descrito no PPC da Pedagogia (FURB, 2017), o corpo docente da FURB é composto por professores do quadro, temporários e visitantes, da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, sendo:

- Professores do quadro, os docentes admitidos mediante aprovação em concurso público de títulos e provas;
- Professores temporários, os docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme regulamento;
- Professores visitantes, os docentes que desempenham atividades específicas, contratados conforme regulamento.

É importante salientar que o trabalho com populações indígenas exige do/a docente o conhecimento, preferencialmente desenvolvido na relação teoria e prática, da realidade da comunidade específica. Assim, é altamente recomendado que o/a docente do curso de Pedagogia – Indígena Xokleng tenha contato com o contexto histórico, passado e atual, dessa comunidade. A necessidade desse conhecimento se coloca tendo em vista diferentes formas que a história da colonização na região tem sido registrada e contada ao longo dos anos, contribuindo para criação de invisibilizações, discriminações, estereótipos e preconceitos em relação à população indígena, em especial ao Povo Laklãnõ/Xokleng.

Considerando o perfil profissiográfico desejado para o/a licenciado/a em Pedagogia – Indígena Xokleng, é também de suma importância que os/as docentes desenvolvam planos de ensino em colaboração com os/as acadêmicos/as, permitindo a participação e organização do conteúdo, procedimentos metodológicos e avaliativos, possibilitando a troca de saberes interculturais para que o curso se materialize na interlocução com os modos de fazer da educação indígena. Essa forma de procedimento encontra respaldo no uso de metodologias ativas que tanto tem permeado as formações institucionais no âmbito da FURB.

6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

O texto que apresentamos consta também no PPC da Pedagogia (FURB, 2017) e atende plenamente a concepção de formação necessária para a Pedagogia – Indígena Xokleng, sendo complementado ao final devido às especificidades do curso em questão.

Coadunamos com a perspectiva de Candau (1997) quando destaca três aspectos importantes ao processo de formação continuada de professores: a universidade como locus privilegiado de formação; a valorização do saber docente; e o respeito ao ciclo de vida dos professores. Diante de tais aspectos é fundamental que a formação continuada parta das necessidades reais do cotidiano educacional dos professores, valorize os saberes que os professores são portadores, bem como considere o tempo de experiência na docência do professor.

O CCEAL, respeitando os aspectos apresentados anteriormente e buscando implementar processos formativos que contribuam com o desenvolvimento profissional docente estabeleceu como princípios que a formação continuada parta das necessidades do dia-a-dia do profissional da educação superior e se proponham temáticas e estratégias de operacionalização que possibilitem ao docente a reflexão e o enfrentamento das adversidades vivenciadas na prática. Tais formações são desenvolvidas em parceria com os departamentos e PPGE.

Contamos na FURB também com um Programa de Formação Institucional que continuamente oferece aos seus servidores – docentes e técnico-administrativos – a possibilidade de aperfeiçoamento pedagógico e técnico nas mais diversas áreas de atuação profissional, compreendendo que a formação continuada das pessoas é fator fundamental para o desempenho qualificado da Universidade e ação essencial para a valorização de seus servidores. Nesta perspectiva, a formação institucional é compreendida como um processo de formação em serviço, visto que as atividades são estruturadas na sua grande maioria no horário de trabalho dos servidores. O Programa tem como princípio a valorização humana e busca

institucionalizar processos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação, visando atender as demandas gerais e específicas de formação de seus servidores, promovendo desta forma, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho profissional. (FURB, 2016).

Além de promover cursos e encontros para o desenvolvimento profissional docente, a FURB, por meio de editais internos, incentiva e concede bolsas integrais aos docentes do quadro para cursarem cursos de doutorado e pós-doutorado em Programas de Pós-Graduação nacionais e internacionais.

Cabe ainda ressaltar que, diante da concepção de formação apresentada e do perfil docente descrito para atuar no curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, é compromisso do CCEAL em colaboração com o Colegiado do Curso, a oferta de formação continuada que aproxime os/as docentes do contexto e realidades históricas, sociais e culturais da população indígena Laklãnõ/Xokleng, para docentes que dominem uma área de conhecimento e/ou componente curricular, desejem trabalhar com/no curso, mas não tenham nenhuma inserção com essa população/temática indígena.

Sempre que a formação docente envolver questões específicas do Povo, o Colegiado do Curso e o NDE buscarão, junto às lideranças indígenas, formações continuadas que privilegiem vivências junto ao contexto da comunidade.

6.3 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001, sendo garantida a participação de pelo menos dois estudantes indígenas indicados entre si e que podem ser substituídos anualmente caso os próprios estudantes assim decidirem.

6.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar: contribuir para a consolidação do perfil profissional do

egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

7 AVALIAÇÃO

7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do(a) estudante como dos(as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que “avaliar é interrogar e interrogar-se” (ESTEBAN, 1999, p. 22). Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do(a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais. Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do(a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do(a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação. A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do(a) docente como a do(a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

O PPC orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do(a) estudante ao longo dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em

que as próprias características do conteúdo assim o exijam. Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada.

Considerando-se a especificidade do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng, sua oferta única e matriz curricular diferenciada, poderão ser construídos percursos formativos ao longo do curso que permitam aos estudantes que não obtiverem a média mínima de aprovação a recuperação de conteúdos e notas. Estes percursos deverão ser planejados pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, apresentado ao Conselho de Centro, sendo a aprovação vinculada à análise efetuada no âmbito da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante.

7.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

7.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou

o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

7.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- a) das IES através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- b) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- c) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IES, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;

- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e recredenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;
- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

7.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Por se tratar de curso novo, cuja oferta está prevista para uma única turma, os processos de avaliação a que o curso está submetido para seu reconhecimento serão considerados para o desenvolvimento de novos projetos que possam surgir a partir dessa experiência, tanto para cursos de graduação, como para cursos de pós-graduação.

Além disso, os processos de avaliação poderão trazer subsídios para incrementar a política de acesso de estudantes indígenas nos cursos de graduação da FURB de acordo com a Resolução FURB 012/2018.

7.3 AVALIAÇÃO DO PPC

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes.

Além disso, considerando as especificidades do curso e as orientações do Parecer CNE/CP nº 6/2014 que resulta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas, a implementação do PPC será acompanhada também por representantes indígenas indicados pelas lideranças (caciques) por meio de reuniões e/ou relatórios, conforme definido em comum acordo entre colegiado e esses representantes.

7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes. Especificamente em relação à avaliação docente, os estudantes

participarão das avaliações institucionais e seus resultados servirão de indicativos para orientação dos planos de ensino, incluindo procedimentos metodológicos e avaliativos, buscando sempre uma aproximação com as especificidades que o contexto exige.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA

Conforme resolução interna vigente, o desdobramento acontecerá nos estágios, respeitando-se o número máximo de estudantes por professor previsto na referida legislação.

Além desse componente, haverá desdobramento no componente denominado Trabalho Interdisciplinar Final que ocorre na 8ª (oitava) fase na proporção de 10 (dez) estudantes por professor.

8.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

A exemplo do curso de Pedagogia (FURB, 2017), as atividades específicas do Curso de Pedagogia – Indígena Xokleng se baseiam em uma infraestrutura laboratorial de natureza experimental. Por isso, além da estrutura exclusiva das salas de aula de ensino, o Curso participa no uso compartilhado de estruturas de uso coletivo, como o laboratório de informática no CEAVI, ou outros espaços na medida em que as atividades de ensino, pesquisa e extensão assim necessitarem. Além disso, há salas gabinetes no Campus da FURB em Blumenau para os professores de Tempo Integral desenvolverem suas atividades de planejamento, bem como para a coordenação do curso.

O curso conta com o apoio da secretaria do CCEAL que disponibiliza toda a infraestrutura necessária para o andamento do curso. A sala de aula utilizada no CEAVI/Ibirama dispõe de mobiliário e equipamentos adequados.

Além disso, estão previstas saídas a campo, sendo que algumas incluem a vinda ao campus 1 da FURB, onde poderão utilizar os diferentes laboratórios e espaços de aprendizagens, como o uso do LIFE e do EFEX.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE/CP. **Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

_____. CNE/CEB. **Resolução CNE/CEB nº 5**, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

_____. **Lei nº 13.005** de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

_____. MEC/CNE/CP. **Resolução MEC/CNE/CP 01/2015**, de 7 de janeiro de 2015^a – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

_____. _____. **Resolução CNE/CP 02/2015**, de 01 de julho de 2015^b – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. _____. **Resolução CNE/CP 02/2017**, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

_____. _____. **Resolução CNE/CES 07/2018**, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.51-68.

DAGNONI, Catia. O “outro” lado da Barragem Norte: Território, memória e/m resistência – Xokleng Laklãnõ. **Tese** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) do Centro de Ciências Humanas e Comunicação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), como requisito parcial a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional. Blumenau, 2018.

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FURB. CCEAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia** – Matriz Curricular 2017/1, aprovada pelo Parecer CEPE nº 006/2017 de 04 de abril de 2017 (Processo nº 10/2017). FURB: Blumenau, 2017.

_____. **Resolução nº 012/2018**, de 26 de fevereiro de 2018. Institui a Política de Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

_____. **Resolução nº 089/2018**, de 1º de novembro de 2018 – Institui a Política de Estágios da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

GAKRAN, Nanblá. Elementos Fundamentais para uma Gramática da Língua Laklãnô. **Tese** (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

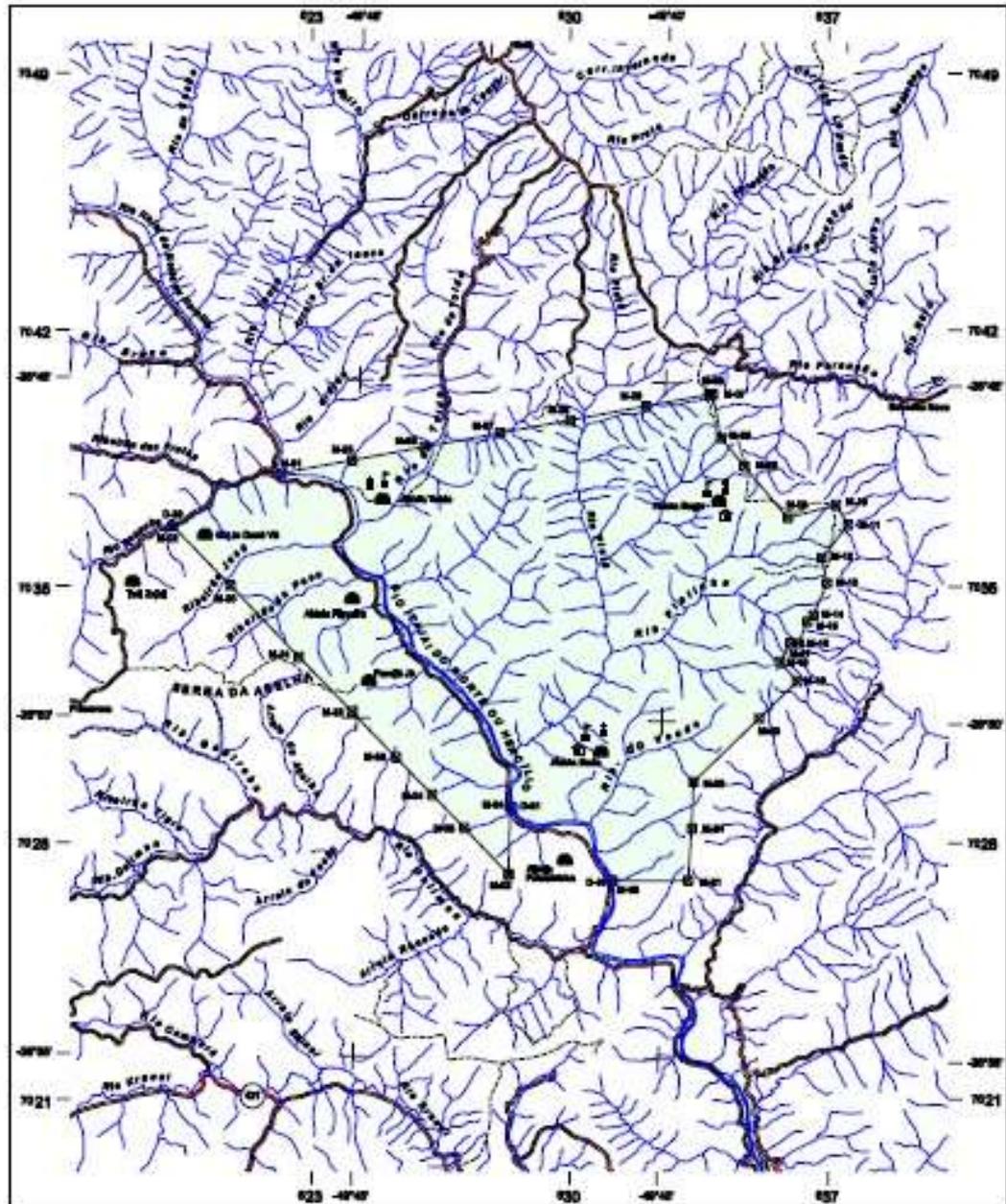
PEREIRA, Walmir da Silva, et al. **Lauda antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng**: história de contato, dinâmica social e mobilidade indígena no sul do Brasil. Porto Alegre: FUNAI, 1998

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng /Silvio Coelho dos Santos. -Florianópolis: Edeme, 1973. - 313 p.: il

SANTA CATARINA, Governo do Estado, Secretaria da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Santa Catarina, Secretaria do Estado da Educação, 2019

_____. SED. **Edital nº SED/1010/2019**, de 30 de maio de 2019. Credenciamento de Instituições de Ensino Superior para oferta de Curso de Licenciatura Indígena Kaingang – Habilitação em Pedagogia e/ou Curso de Licenciatura Indígena Xokleng – Habilitação Pedagogia, na modalidade presencial, pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, mantido pelo Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES. Florianópolis, 2019.

**ANEXO 1 – MAPA FUNAI TERRA INDÍGENA IBIRAMA LA KLANÔ –
REGULARIZADA**

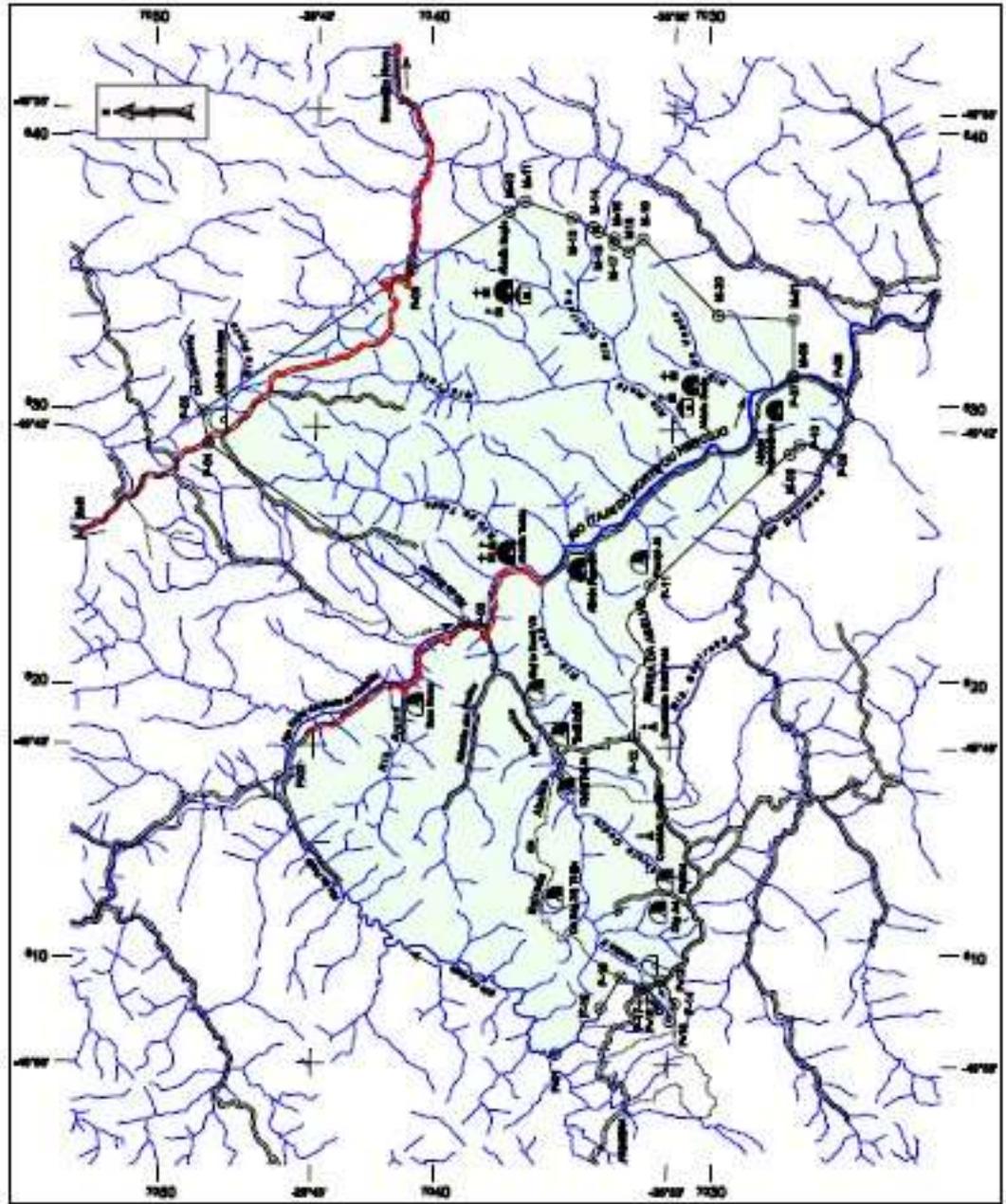


- SÍMBOLOS CONVENCIONAIS**
-  TERRA INDÍGENA DEMARCADA
 -  POÇO INDÍGENA - CAMPO DE POÇO
 -  ALDEIA INDÍGENA - ALIQUOT INDÍGENA
 -  MARCO DE CIMA - PONTO DE MARCAGEM
 -  PUNTO INDÍGENA - PONTO ORIENTADOR
 -  RODOVIA INTERMUNICIPAL
 -  RODOVIA NÃO CONV. PERMANENTE
 -  RODOVIA NÃO CONV. PERMANENTE - CAMBIO
 -  RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
 -  LARGO DO LARCA - DRENAÇÃO DE CORTA-MATO
 -  TERRITÓRIO SUJEITO A DEMARCAÇÃO
 -  LIMITE MUNICIPAL

MINISTERIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA IBERAMA		DEMARCAÇÃO	
LOCALIDADE: ITABÓPOLIS, MAPRA, JOSÉ BOITEUX DOUTOR FERREIRA, VITOR MARQUES		SUPERFÍCIE: 14.004.888,00 m ²	PERÍMETRO: 84.272,80 m
MUNICÍPIO: SANTA CATARINA		ESCALA: 1:100.000	DATA: 21/08/1999
ESTADO: SANTA CATARINA		Nº DE REGISTRO: Nº 3280, 10580, 2 Nº 3280, 3280/2	
DATA:		Nº DE REGISTRO:	

**ANEXO 2 – MAPA FUNAI TERRA INDÍGENA IBIRAMA LA KLANÔ-
DELIMITADA**



- ÍCONES CONDICIONAIS**
-  TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 -  PONTO INDÍGENA, CASARÃO
 -  ALDEIA INDÍGENA, ALDEIA INDÍGENA TRANSITÓRIA
 -  SÍTIO INDÍGENA, PONTO DE ACAMPAMENTO
 -  PONTO INDÍGENA, TERÇO DE CORRENTES
 -  MEDICALIZAÇÃO
 -  REGIÃO DE INTERESSE PÚBLICO
 -  REGIÃO TRANSITÓRIA, O RIBEIRO
 -  REGIÃO TRANSITÓRIA, DE TEMPO SEM CANGALO
 -  RE PERMANENTE, REPERMANENTE
 -  SÍTIO DE LARCA, SÍTIO DE SÍTIO AGRICOLA
 -  LIMITE DA REGIÃO INDÍGENA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA BIRAMA - LA KLANO		DELIMITAÇÃO	
Descrição: Dotor Pedrinho, Itátopia, José Boleux, Rio Negrinho e Vitor Meireles		SUPERFÍCIE: 37.108 ha	PERÍMETRO: 112 km
LOCALIZAÇÃO: SANTA CATARINA		ESCALA: 1:200.000	DATA: 13/09/1999
ESTADO: SANTA CATARINA		MUNICÍPIO: CURITIBA	Nº DE CADASTRO: Nº-2080, 1/2080, 2 2080, 2080, 4

ANEXO 3 – NORMAS EXTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.16441, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília, 2017.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 013, de 25 de junho de 2018. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior, nas modalidades presencial e a distância, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

NORMAS INTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

FURB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Blumenau, 2017.

_____. Resolução nº 129, de 20 de dezembro de 2001. Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 27 de abril de 2017. Estabelece a Política de Articulação de Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a Comissão no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 44, de 3 de setembro de 2014. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e aprova as diretrizes gerais de seu funcionamento.

_____. Resolução nº 06, de 26 de fevereiro de 2010. Aprova a implantação da disciplina Libras na Grade Curricular dos Cursos de Graduação na modalidade Bacharelado e Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 33, de 16 de março de 2000. Regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da FURB.

_____. Resolução nº 29, de 15 de maio de 2002. Orienta a elaboração de ementas e de planos de ensino-aprendizagem a serem adotados nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 39, de 1º de julho de 2002. Dá nova redação à Resolução que “Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau”.

_____. Resolução nº 104, de 5 de dezembro de 2002. Aprova normas gerais para a elaboração do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 82, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.

_____. Resolução nº 61, de 31 de outubro de 2006. Aprova as normas gerais para a equivalência de estudos para os cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 66, de 10 de novembro de 2006. Aprova a inclusão de diretrizes nas Resoluções que tratam de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de Estágio Supervisionado, de Monografia, de Especialização e de Programa de Mestrado, no âmbito da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 19 de setembro de 2007. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 70/2004, de 11 de novembro de 2004, que “regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau ...”

_____. Resolução nº 45, de 16 de agosto de 2013. Regulamenta o exercício das funções de monitoria do ensino de Graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau e fixa diretrizes de declaração de vaga, seleção e ingresso de monitores.

_____. Resolução nº 22, de 7 de maio de 2014. Institui a Política de Estágios da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 64, de 07 de dezembro de 2016. Estabelece o número de vagas anuais, aprova os limites mínimos e máximos para integralização curricular e adequa a nomenclatura dos cursos de graduação aos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura e ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 70, de 11 de novembro de 2004. Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, na forma do Anexo. (Alterada pela Resolução nº 32/2007).

_____. Resolução nº 35, de 28 de junho de 2010. Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.

FURB. Resolução nº 08, de 8 de abril de 2015. Regulamenta o Serviço de tradução/Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras na Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 30, de 3 de julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução nº 33/2000, de 16 de março de 2000, que regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 14, de 6 de maio de 2005. Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 025, de 30 de julho de 2015. Altera a redação dos Art. 8º e 9º da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB.

_____. Resolução nº 201, de 22 de dezembro de 2017. Institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de Graduação da FURB.

_____. Resolução nº 068, de 27 de agosto de 2018. Altera a Resolução nº 201, de 22 de dezembro de 2017.

_____. Instrução Normativa PROEN nº 01, de 04 de outubro de 2017.

ACESSIBILIDADE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Diretoria de Política Regulatória. Nota técnica nº 385, de 21 de junho de 2013. Acessibilidade: dúvida mais frequentes.

FURB. Resolução nº 59, de 23 de outubro de 2014. Institui a Política de Inclusão das pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e cria o Núcleo de Inclusão da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

FURB. Resolução nº 67, de 23 de agosto de 2018. Institui a Política Institucional para a Educação a Distância (EAD) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 021/2005 - Regulamenta a oferta de disciplina na modalidade a distância nos cursos de educação superior.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

FURB. Resolução nº 73, de 30 de novembro de 2010. Institui e normatiza o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

NORMAS PARA O SEXTO HORÁRIO

FURB. Resolução nº 117, de 02 de agosto de 2000 - Extingue, do horário oficial de aulas da Universidade Regional de Blumenau, o sexto horário – das 12 às 12 horas e 50 minutos -, a partir do primeiro semestre de 2001.

_____. Parecer CEPE nº 202, de 29 de novembro de 2011 – Liberação do Sexto horário para os cursos de Farmácia, Odontologia e Medicina.